



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

VIVIANE DE FÁTIMA AQUINO

**A CONSTRUÇÃO DE UM POVO E DE UM LUGAR: ESTRATÉGIAS DA CRIAÇÃO
DA IDENTIDADE SERTANEJA PARAIBANA NA OBRA *ATRAVÉS DO SERTÃO*
DE CELSO MARIZ E SUA DIFERENÇA DO PROJETO DO IHGP**

Campina Grande/PB

2019

VIVIANE DE FÁTIMA AQUINO

**A CONSTRUÇÃO DE UM POVO: ESTRATÉGIAS DA CRIAÇÃO DA IDENTIDADE
SERTANEJA PARAIBANA NA OBRA “ATRAVÉS DO SERTÃO” DE CELSO
MARIZ E SUA DIFERENÇA DO PROJETO DO IHGP**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Federal de Campina Grande como
requisito para a formação de Mestre em História, sob
a orientação do professor Doutor João Marcos
Leitão.

Campina Grande/PB

2018

A657c Aquino, Viviane de Fátima.
A construção de um povo: estratégias da criação da identidade sertaneja paraibana na obra "Através do Sertão" de Celso Mariz e sua diferença do projeto do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano / Viviane de Fátima Aquino. – Campina Grande, 2019.
90 f.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação: Prof. Dr. João Marcos Leitão".
Referências:
1. História da Paraíba. 2. Identidade Sertaneja Paraibana. 3. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – Retórica do Historiadores. I. Leitão, João Marcos. II. Título.

CDU 94(813.3)(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 14.10 do dia 24 (vinte e quatro) de setembro de 2019 (dois mil e dezenove), no(a) Sala 101 do bloco do CH, na Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado apresentada pela aluna **Viviane de Fátima Aquino** intitulada **“A construção de um povo e de um lugar: estratégias da criação da identidade sertaneja paraibana na obra “Através do Sertão” de Celso Mariz e sua diferença do projeto do IHGP”** para obtenção do grau de Mestre, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso decidiu conceder à mesma o conceito Aprovado, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: João Marcos Leitão Santos (Orientador-PPGH/UFCEG), José Pereira de Sousa Júnior (Avaliador interno-PPGH), Luira Freyre Monteiro (Avaliador externo). Assinam a presente Ata os membros da Comissão Examinadora, o Coordenador e a Secretário do PPGH/UFCEG, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A Banca considera o trabalho de
qualidade e recomenda o seu apro-
veitamento nos estudos sobre a Paraíba
notadamente, sua história oral.

Lista de Presença

Orientador(a)	João Marcos Leitão Santos	
Examinador(a) externo(a)	Luíra Freire Monteiro	
Examinador(a) interno(a)	José Pereira de Sousa Júnior	
Coordenador(a)	Iranilson Buriti de Oliveira	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	

Campina Grande-PB, 24 de setembro de 2019.

O sertão é do tamanho do mundo.

(Guimarães Rosa)

AGRADECIMENTOS

Em momento oportuno como este que é o dos agradecimentos, assumo uma responsabilidade enorme de demonstrar minha gratidão às pessoas e instituições que direta ou indiretamente estiveram presentes em minha vida no momento da escrita deste trabalho.

Agradeço a Jesus Cristo pela graça de uma vida tão boa. Mesmo com todas as opções de crenças apresentadas a mim até agora, optei por acreditar que Ele é unicamente Ele é quem conduz o meu caminho.

À minha família que me deu todo apoio necessário em todos os momentos da minha vida. Principalmente pais e irmão. Sem eles nada faria sentido.

Ao meu orientador João Marcos Leitão, por todo o apoio prestado nesta pesquisa. E ao Professor José Júnior por aceitar fazer parte da banca examinadora.

À professora Luíra a qual dedico carinho especial por todo o apoio prestado dentro e fora da universidade, desde os tempos da graduação na UEPB, onde tive o prazer de conhecê-la.

Às Instituições Públicas de ensino que me trouxeram até a escrita deste trabalho.

Aos meus amores e amigos que estão sempre em meu coração, perto ou longe contribuindo para a minha felicidade. Marinês, Edimar, Brunenberg, Gleice, Moacir e Jorge.

RESUMO

Os estudos sobre criação identitária na Paraíba que focalizam a retórica dos historiadores do IHGP partem da proposição de que a paraibanidade é fruto da conquista colonial, e tomam como pressuposto o espaço litorâneo, quando do processo de conquista do território da capitania real. A fundação da cidade de Filipéia deNS^a. das Neves e os acontecimentos nela havidos teria sido, assim, o epicentro da própria capitania, atuando como palco e como agente da simbologia identitária do paraibano. Tal enfoque, necessário dizer, onubla as variadas frentes de colonização em ocorrência pelo interior da capitania na simbologia da criação identitária local, reforçando a cisão litoral/sertão tão presentes no pensamento social brasileiro do século XX, ancorados na dicotomia simplória do pretensamente moderno/arcaico. Não obstante, é inegável ter sido a interiorização da capitania e da colonização do sertão temas demasiados importantes na constituição da narrativa daqueles historiadores, o que nos leva a indagar se a identidade paraibana teve sua criação fomentada na historiografia a partir, também, da região considerada sertão. Portanto, sem pretensão de reeditar discussões havidas, nossa investigação se pauta nos escritos de Celso Marques Mariz, intelectual paraibano e sertanejo, que se dedicou à escrita da História da Paraíba, enquanto membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, buscando compreender as estratégias condutoras da formação da sociedade do interior paraibano. Analisamos como suas retóricas escamoteiam a tentativa de acrescer um lugar para si, o encaixe do “sertanejo” no mosaico identitário paraibano. Separamos os discursos utilizados por este autor, que nos levaram a afirmar a ideia de que Mariz promove uma identidade para o sertanejo baseada em aspectos diferentes daqueles postos pelo IHGP no processo inicial da busca da identidade paraibana. Concluímos que Celso Mariz faz do sertanejo, um paraibano diferente, que se destaca na “raça”, na força provinda da alimentação diferenciada, na forma de religiosidade, na política e demais peculiaridades.

Palavras-chave: IHGP. Mariz. Identidade. Sertão

ABSTRACT

The studies on identity creation in Paraíba that focus on the rhetoric of IHGP historians depart from the proposition that paraibanity is the fruit of colonial conquest, and take as presupposition the coastal space, when the process of conquest of the territory of the royal captaincy. The foundation of the city of Filipéia deNS^a. of the Neves and the events that had taken place therein would have been, thus, the epicenter of the captaincy itself, acting as a stage and as an agent of the identity symbology of the Paraibano. Such an approach, it is necessary to say, embodies the various fronts of colonization occurring within the captaincy in the symbology of local identity creation, reinforcing the coastal / sertão scission so present in twentieth-century Brazilian social thought, anchored in the simplistic dichotomy of the allegedly modern / archaic . Nevertheless, it is undeniable that the internationalization of the captaincy and the colonization of the sertão were too important themes in the constitution of the narrative of those historians, which leads us to inquire whether the identity of the Paraíba had its creation fostered in historiography from the regions considered sertões. Therefore, without any pretensions to re-issue discussions, our research is based on the writings of Celso Marques Mariz, a Paraíba and Sertanejo intellectual, who dedicated himself to the writing of the History of Paraíba, as a member of the Paraibano Historical and Geographical Institute, seeking to understand the leading personalities of formation of the society of the interior of Paraíba. We analyze how their rhetoric eschews the attempt to add a place for themselves, the fit of the "sertanejo" in the mosaic of the identity of Paraíba. We separate the discourses used by this author, which led us to affirm the idea that Mariz promotes an identity for the sertanejo based on aspects different from those posed by the IHGP in the initial process of the search for the identity of Paraíba. We conclude that Celso Mariz makes the sertanejo, a different Paraibano, who stands out in the "race", in the strength from differentiated food, in the form of religiosity, politics and other peculiarities.

Keywords: IHGP. Celso Mariz. Identity. Backwoods

LISTA DE SIGLAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	14
OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E O PROJETO HISTORIOGRÁFICO PARA CONSTRUÇÃO DE UM POVO ÚNICO.....	14
1.1. Brasil : um mosaico de identidades	25
1.2. A paraibanidade aqui se fixou para um culto permanente”: o IHGP e a construção identitária do paraibano.....	36
CAPÍTULO 2.....	46
LITORAL X SERTÃO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE DOIS BRASIS.....	46
2.1. A representação identitária do sertão e do sertanejo na ótica nacional	49
2.2. Sertão e Litoral na Historiografia Paraibana	56
NOTAS PARA O CAPÍTULO 3	59
O PROJETO HISTORIOGRÁFICO DE CELSO MARIZ	59
1. Paraibano e sertanejo: Celso Mariz e sua trajetória singular	61
2. A obra “Através do Sertão” (1910)	64
CAPÍTULO 3.....	66
O DISCURSO CONSTRUTOR DA SINGULARIDADE DO SERTANEJO PARAIBANO EM “ATRAVÉS DO SERTÃO”.....	66
3.1. A exaltação de uma raça: o arianismo do sertanejo paraibano no discurso de Mariz	69
3.2. A peculiaridade da religiosidade e da política do sertanejo paraibano retratada em Através do sertão.....	72
3.3. A identidade paraibana formada no universo da pecuária e a diferença no modo de viver sertanejo.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	85

INTRODUÇÃO

“A construção de um povo e de um lugar: estratégias da criação da identidade sertaneja paraibana na obra *Através do sertão* de Celso Mariz e sua diferença do projeto do IHGP” reflete uma trajetória de pesquisa que se iniciou como Projeto de Iniciação Científica nos tempos de graduação e toma mais caminho agora como forma desta dissertação de mestrado. O contato com as obras seminais dos chamados clássicos da historiografia paraibana e seus discursos sobre a História da Paraíba foi demasiado interessante e ao mesmo tempo, desafiador.

Uma pernambucana se debruçar em uma pesquisa que procura revelar os ditames da construção da identidade paraibana, onde uma das maiores preocupações postas pelos intelectuais membros do IHGP era exatamente o afastamento da ideia de sua dependência não só econômica, mas principalmente histórica, do meu lindo Pernambuco. Isso se tornou para muitos, um tanto curioso. E levou a muitos questionamentos nas aulas do mestrado.

O primeiro contato com a historiografia clássica paraibana revelou uma preocupação especial posta pelos autores com a criação de uma História da Paraíba épica e memorável. Uma história lapidada a evidenciar os grandes fatos e personagens que significaram certa representação simbólica favorável a uma construção de uma identidade marcante e acima de tudo, diferenciada dos demais estados do Brasil.

Assim, estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano afirmam de forma majoritária ter surgido no seio daquela instituição a ideia de uma história local marcada pela construção de uma identidade capaz de provar que os paraibanos, em si, possuíam particularidades capazes de definir sua identidade como povo único, singular.¹ Os intelectuais atrelados a este Instituto se propuseram a construir uma

¹Dentre estes podemos citar DIAS, Margarida Maria S. **Intrépida ab origine**. O Instituto histórico e geográfico e a produção da história local. João Pessoa: Almeida editora, 1996. MONTEIRO, Luíra Freire. **Arquitetura da paraibanidade: recursos retóricos dos historiadores paraibanos na construção da identidade local**; MONTEIRO, Luíra Freire. **A invenção de si: Estratégias de construção da identidade paraibana na historiografia local**. SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos. **O IHGP e a produção da história local**. Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: Ed UFOP, 2012. AQUINO, Viviane de Fátima. **A busca da identidade paraibana na obra de Eudésia Vieira “Terras dos tabajaras”**. 2014. (Idem) **Paraibano e sertanejo: elocubrações identitárias na retórica de Celso Mariz na obra “Através do sertão”**. 2015.

história da Paraíba digna de tamanha importância que a mesma se mostrava merecedora.

Distanciando-se assim da mera citação nos relatos da história nacional ou do papel de complemento histórico do vizinho Pernambuco. Para tal fim, foi necessário escolher e separar os principais fatos e personagens de sua história para, assim, construir uma narrativa onde se sobrelevasse a identidade local, a nominada “Paraibanidade”:

Essa paraibanidade pode ser definida como a identidade paraibana, criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores [...] proporcionados pelo processo histórico particular que foi tarefa do Instituto Histórico traçar (DIAS, 1996, P.51).

Uma história escrita por paraibanos, para ser consumida pela população paraibana, como assim diziam os fundadores do Instituto. Uma narrativa marcada por estratégias discursivas que se debulhavam em nomes, datas, acontecimentos, espaço físico e até mesmo composição étnica, enfatizando os diferentes e obliterando o comum, como forma de proporcionar o enaltecimento capaz de atender aos objetivos do IHGP, que mesmo quase 70 anos após a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (que buscava a promoção de uma identidade para a nação recém emancipada), seguia o preceito daquela instituição, assim como os demais Institutos Históricos do país.

No entanto, vale salientar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em seu projeto de construção da identidade nacional, buscava uma unidade para o país, obliterando as particularidades regionais. Assim, os Institutos locais, mesmo surgidos a partir deste ideal maior, provindo do IHGB, se pautaram em produções historiográficas particulares, enfatizando as especialidades locais. Criando assim um arcabouço historiográfico com obras de cunho regional.

Essa construção de territórios e da sua conseqüente representação, fomentada nesses institutos, repletos de tessituras sociais próprias pressupondo precisa territorialidade, estabeleceu marcos das identidades coletivas no universo luso-americano, tanto definindo as rotas de peregrinação, quanto os confrontantes nos quais estas identidades se espelhavam (JANCSÓ, PIMENTA, 2000). E foram assim, responsáveis pela construção identitária de determinadas regiões destacáveis, como

a paulistanidade, a baianidade, a pernambucanidade, a mineiridade e demais identidades locais.

Coube aos Institutos Históricos, a catalogação de monumentos e símbolos através da história, para contribuir com a ideia de construção identitária do IHGB, como bem afirma a historiadora Lilia Moritz². Tal produção, a despeito dos méritos de sua proposta, entretanto, enfatizava uma história relativamente restrita aos grandes feitos e acontecimentos ocorridos especificamente na região litorânea da capitania, dividindo, mesmo sem o perceber, a História da Paraíba em dois eixos

O eixo dos grandes acontecimentos determinantes para o estabelecimento do lugar (a sociedade do litoral, dos engenhos, da cana de açúcar e do poder político e “civilizacional”) e outro que foi criado quase como um apêndice do primeiro (o sertão, tido nos discursos de muitos brasilianistas como o espaço do exótico, do atraso, do distanciamento da urbe, surgido num contexto distinto, já sem as lutas originais da conquista do território).

Replicavam assim, mesmo sem nem o perceber, o que já ocorrera em relação à *construção da nação* no pensamento social brasileiro, quando o sertão e o litoral surgiram como imagens de grande força simbólica a expressar os contrastes e, no limite, o antagonismo de distintas formas de organização social e cultural brasileira (LIMA, 1999).³

Essa conceitual dicotomia (sertão x litoral), atribuída ao país, principalmente nos séculos XIX e XX foi por sua vez, plenamente absorvida pelos intelectuais paraibanos que, por conseguinte, também se dedicaram a escrever o que podemos chamar de “segunda parte” da história paraibana: a história do sertão. Neste exercício, os historiadores paraibanos despiram a heterogeneidade do próprio interior paraibano, anulando suas singularidades e diferenças, por não se adequarem ao papel primeiro determinado pela metrópole para cumprir o destino colonial, lançando uma parte do território paraibano num caldo comum.

Esqueceram, ou não foram hábeis ao observar que referenciar o sertão implica em pluralizar sua compreensão, uma vez não se tratar de espaço único, de características comuns, de historicidade única. Não se pode falar em sertão, mas em

²Vide em SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³Cf. LIMA, Nísia Trindade. **Umsertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN, 1999.

“sertões”, espalhados pelo que hodiernamente se compreende também como micro regiões do brejo, do cariri e do curimataú, a evidenciar a descontinuidade e as extrusões da utilização da nomenclatura que, ao tempo que homogeneíza, exclui e deturpa.

A despeito de tal ausência, encontram-se nas narrativas dos historiadores do IHGP, e também de autores paraibanos anteriores a esta instituição, em meio às descrições dos fatos, vestígios de exaltação de um povo e de seu lugar, num exercício marcado pela emergência das diferenças de um espaço, (a Paraíba), que se pretendia como único, com uma população portadora de qualidades comuns: pacífica, mas aguerrida, urbana, distinta dos pernambucanos e, sobretudo, republicana por excelência, tal como bem enfatizaram os historiadores do IHGP.

A tão buscada “paraibanidade”, que pode ser decifrada - dentre outras formas - no discurso de Celso Mariz, é objeto do presente trabalho, que tem como ponto de partida as discussões referentes aos sertões e sertanejos da Paraíba. Temos, pois, como principal fonte o livro "Através do sertão" do paraibano e sertanejo Celso Mariz, que foi publicado em 1910, onde este autor traça o percurso da colonização do sertão paraibano desde seu início e seus desdobramentos, além das peculiaridades do sertão e dos sertanejos.

Desencadeamos nossa análise a partir da indagação sobre a possibilidade de que Celso Mariz elabora uma identidade paraibana diferenciada dos ditames previstos pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, uma vez que este autor foge do contingente e dos fatos bastante destacados por aquela instituição. Uma vez que Mariz vai para o interior, escolhe o sertão e passa a descrever a partir de certas características como o espaço geográfico, o clima, a composição étnica, a alimentação, o modo de fazer política e de executar a religião no espaço sertanejo se tornam meios produtores de um discurso identitário. Este autor não nega sua ênfase na exaltação do que chama de “sub-raça sertaneja” em detrimento dos povos litorâneos.

É nossa pretensão identificar a identidade histórico-social existente nessas narrativas seminais, palmilhando e comparando os recursos utilizados pelo autor que nos fazem identificar os trajetos por ele tomados para o tracejo da almejada identidade paraibana, sobreposta aqui na identidade sertaneja. A forma como o sertanejo e os

sertões paraibanos são representados e caracterizados nestas obras se faz como um dos principais pontos de análise da presente pesquisa.

Buscamos, também, comparar até que ponto esta identidade converge (ou destoa) dos parâmetros originais do IHGP, em contraponto que permite singularizar o sertanejo frente à Paraibanidade, demarcando singularidades e diferenças, ou apontar a existência de mero alinhamento à identidade já criada sobre as franjas do Litoral, homogeneizante e redutora do paraibano do sertão em uma extensão do paraibano do litoral.

Para este fim, travamos uma viagem pela historiografia e literatura brasileiras que consolidam os discursos da dicotomia litoral x sertão no Brasil, descrevendo-as como regiões antagônicas em termos culturais, sociais, políticos e econômicos que certamente influenciaram a escrita historiográfica local no século XX. Contudo, esta pesquisa constitui um exercício de natureza historiográfica sobre Celso Mariz, autor de enorme representatividade na produção da História da Paraíba. Inserimos a análise feita de sua obra no contexto social e temporal em que o mesmo viveu, mostrando da melhor forma possível a contribuição deste autor no processo de construção da identidade paraibana.

CAPÍTULO I

OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E O PROJETO HISTORIOGRÁFICO PARA CONSTRUÇÃO DE UM POVO ÚNICO

“Nós temos o
problema atual, nacional,
moralizante, humano de
brasileirar o Brasil.”⁴

Após sua independência, o Brasil precisou construir uma história desvinculada de seu passado sujeito à coroa portuguesa. Para isto, tornou-se indispensável a indução de uma identidade que trouxesse peculiaridade a nascente pátria. Pois, após a colônia emancipada, havia a obrigação e a necessidade de “criar o Estado, organizar a Nação, retirar-la do colonialismo, absolutismo, mercantilismo... conferindo-lhe um nome” (LANNI, 1987, p.6).

Foi somente após o fim do chamado Primeiro Império, em período de vacância do trono, que emergiu a possibilidade de criação de uma identidade nacional, desvinculada ao máximo da identidade fluida e ultrapassada dos tempos coloniais. O grito do Ipiranga desvaneceu esse convencimento, lançando a nova nação em busca de sua própria face.

Para suprir tal dilema, que se fez presente na construção da identidade do Estado Nação brasileiro, cria-se no Brasil, por influência de institutos europeus, mais especificamente do Institut Historique de Paris, fundado em 1834, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, sendo um de seus principais objetivos, a catalogação de fontes históricas suficientes para a construção de uma história nacional, “marcando a passagem de um Brasil sem história para um Brasil com história” (DIAS, 1996, p.29).

Procurava-se também, apresentar uma Nação repleta de semelhanças históricas, apesar das variadas divergências culturais, sociais, políticas e econômicas, presentes entre as regiões do país. Pois, uma vez implantado o Estado Nacional, foi imposto ao Instituto, o trabalho de produzir o delineamento de um perfil para a nascente nação, tarefa não facilitada pela realidade histórica que o Brasil possuía.

⁴ Frase retirada do texto da carta escrita por Mário de Andrade a Sérgio Milliet no movimento da semana de Arte Moderna de 1922.

Uma sociedade marcada por séculos de escravização negra e de repressão à população indígena, aspectos e contingentes que a historiografia responsável em escrever a história nacional por muito tempo, fez questão de excluir. O estudioso Antônio Jorge Siqueira afirma que a preocupação e o interesse sobre os discursos de identidade nacional aqui no Brasil surgiram em momento de incertezas, como mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais.

Temos como exemplo, a guerra de cisplatina, a expansão cafeeira, e a abolição da escravatura. Assim, há uma reassignificação da representatividade do país. As vastas rebeliões ocorridas no país mostravam bem as diferenças e insatisfações presentes nas variadas regiões do Brasil, e mesmo assim, havia a intenção entre as elites de buscar a unidade nacional.

Novas e velhas representações explicitadas por também novos e velhos discursos em torno do novo que se projetava, do passado que se exorcizava, algumas vezes com clareza, outras com muitas tergiversações e incertezas. Como aquelas que significavam o desenho que se concebia como nacional e o que se defendia como regional. (SIQUEIRA, 2000, p 01)

É, portanto, “a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação, que se entregam aos letrados do IHGB” (Guimarães, 1988, p.6). No entanto, o conceito de Nação, postulado por este instituto, foi operado de forma totalmente restrita aos brancos, não havendo um ideal de abrangência tal qual tivera o Institut Historique de Paris.

A produção historiográfica do Brasil, ligada ao IHGB, permaneceu por um grande período do século XIX marcada por uma cultura elitista, herdeira da tradição historiográfica iluminista. Característica que representa a estrutura do período, uma vez que não haviam possibilidades sociais que favorecem o letramento das camadas populares.

O IHGB, ao buscar uma identidade nacional, se propôs a analisar o passado e seus acontecimentos históricos, na tentativa de encontrar símbolos e movimentos que trouxessem características que servissem para a propagação de uma especificidade nacional. “A nação recém independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro” (REIS, 2007, p.25). Sendo a historiografia brasileira, criada no intuito de atender os

interesses da elite nacional, procurou em sua escrita, exaltar os grandes vultos do passado, para que estes servissem de modelo para as gerações seguintes.

Ainda sobre essa questão, para José Carlos Reis, o Instituto em seu aspecto histórico “deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos. Para isso, deveria coletar e publicar os documentos relevantes para a história do Brasil, e incentivar os estudos históricos” (REIS, 2007, p26).

Desta forma, os acontecimentos do passado entram em cena de forma a contribuir para a fundação e difusão da tão buscada identidade da nação. Para Stuart Hall, a ideia de identidade nacional é passada às pessoas como algo natural, e alguns pontos são destacados por ele, onde acredita definir a identidade de um povo. Um deles seria a narrativa da nação, que, juntamente a variados símbolos e a ênfase nas origens, cria-se uma tradição que perpassa o tempo e permanece nas mentes das pessoas.

Forma-se com isso, a ideia de que a origem se deu como um passado puro, e o Estado nacional, procura nesse passado “glorioso”, certo refúgio (HALL, 2005). É isto que o Instituto em seu aspecto histórico procurou fazer, buscar neste passado “glorioso” como constatou Hall, os méritos que devem ser impostos e lembrados pela história.

Como afirmou Lévi Strauss (1989): “a substância do mito não se encontra nem no estilo, nem no modo de narração, nem na sintaxe, mas na história que é contada”. Porém, nesta verdadeira “pedagogia da consciência cultural”, buscar no “passado gênese” do Brasil, espelhos para serem sempre memoráveis e aplicáveis, acabou por se transformar em projeções e prescrições que permearam discursos que deveriam ser normativos.

Tais discursos procuram produzir e afirmar memórias. Memórias essas que a priori parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Em função das preocupações e interesses pessoais e políticos estabelecidos no contexto temporal, é visto que *a memória é um fenômeno construído*⁵. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. Assim afirma Candice Vidal e Souza:

Falas sobre a história que ao mesmo tempo extraem do factual representado, proposições para a Nação dever ser. Mitos que são também políticas, os textos considerados nem de longe se querem inocentes. As narrativas fundadoras da Nação acompanham a intenção mítica de não apenas descrever seqüências de eventos e personagens, mas também de afirmar valores e orientações para sua audiência (SOUZA, 2015, p.24).

Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enquanto um estabelecimento financiado pelo Estado, e sendo ele, produtor de nossa historiografia neste período, entende-se que, certamente, os historiadores ligados a esta instituição, recebiam uma delimitação e certa encomenda que deveriam atender a um cânone historiográfico que permeasse os interesses do Estado Nacional, uma vez que, o lugar social de quem escreve, é fator determinante para o resultado da escrita, e uma pesquisa histórica, estará sempre ligada a seu lugar de produção, como afirma Michel de Certeau (2007):

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão impostas, se organizam (CERTEAU, 2007, p.66-67).

Nesse caso, o lugar dos historiadores do IHGB, influenciou totalmente a historiografia que se produziu, tendo visto que nesse momento, os fundadores deste Instituto procuravam promover uma identidade para a nação, e para tal feito, pretendiam criar um Brasil que fosse atraente aos olhos internos, mas principalmente, bem visto pelo exterior.

Desta forma, a produção historiográfica do IHGB se afastou das regras de produção de um modelo mais acadêmico que requeria um conhecimento científico mais específico. Pois, de acordo com Guimarães (1988), diferentemente do modelo

⁵Vide em HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

européu, nossa historiografia se isolou dentro de um modelo de história ilustrada, cujas regras e critérios de escrita se estabeleceram de acordo com as relações de interesses de quem detinha poderes, neste caso, a elite imperial.

Essa elite buscava, no sentido posto por Hobsbawm (1997), inventar tradições para justificar a existência e importância de suas nações. Essa prática, de natureza simbólica, tinha como objetivo incorporar determinados valores e comportamentos definidos por um processo de continuidade em relação a um passado “histórico apropriado”, como afirma o citado autor.

Assim, o passado, palpável através dos discursos historiográficos, torna-se um instrumento construtor de identidades, atendendo aos anseios sociopolíticos da elite brasileira naquele período. Para Arno Wehling, o historicismo foi a principal influência intelectual que embasou a origem do Instituto Histórico, oferecendo coerência aos discursos dos fundadores, além de articulações de ideais e de instituições que coagissem com as condições políticas predominantes naquele momento, que visavam a afirmação conservadora e a defesa da unidade política no país (WEHLING, 1999). Assim afirma o autor:

Mais do que o romantismo e nacionalismo no plano ideológico, foi o historicismo no plano teórico metodológico o enformador e racionalizador por excelência da *weltanschauung* dos fundadores do IHGB. Numa concepção historicista da história foram buscar a estrutura velada das relações sociais, as leis do desenvolvimento histórico, sua projeção para o futuro e o conhecimento aplicado, para aperfeiçoar a administração pública e a representação política do recente e combalido Império (WEHLING, 1999, p.43,44).

Seguindo essas sugestivas, em 1845, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, oferece um prêmio para quem elaborasse a melhor sugestão para a escrita da história nacional. Com sua monografia, intitulada de “Como se deve escrever a história do Brasil”, o Bávaro Phillipp Von Martius foi o premiado.

Em seu texto, Von Martius, porém, procurou determinar um projeto histórico que definia em linhas gerais, uma identidade para o Brasil. Observou-se em sua obra, o que seria as bases do *mito da democracia racial brasileira*, pois para este autor, a identidade brasileira deveria ser constituída a partir daquilo que mais a singularizava: a mistura das raças (REIS, 2007, p. 26).

Porém, apesar da miscigenação ser considerada o principal aspecto que singularizava a identidade do Brasil, nossa história foi contada pelos historiadores

ligados ao IHGB, como sendo provida essencialmente pelos portugueses. No papel de senhor e conquistador, esse contingente teria dado as características morais e físicas que regeram o país. Segundo José Carlos Reis, ao citar Von Martius diz que:

O historiador deverá transportar o leitor à casa dos colonos e mostrar como viviam, como se relacionavam com seus vizinhos, escravos e família. Deverá mostrar a ação da igreja e da escola; como chegavam plantas e árvores; como era a construção naval e a navegação, a vida militar e o comércio. Mostrar ainda como chegava as ideias e as letras da Europa. Enfim, mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil. (REIS, 2007. p. 27)

Fica, porém, a seguinte questão: se a principal característica identitária do Brasil seria a mistura do seu povo, por que tentar promover uma história do Brasil limitada à exaltação da figura do português? Para Von Martius, a unidade brasileira tinha ainda que ser buscada, apesar das diferenças regionais, culturais, étnicas, de ritmos e costumes. E para isto, os historiadores deveriam promover uma unidade para a nação brasileira centrada na “raça” branca. Esta seria quem promoveria o progresso da nação, enquanto os outros contingentes, nativos e cativos, seriam os desamparados, necessitados da cultura européia dita civilizada e neste caso, civilizadora.

No entanto, a cultura historiográfica que se formou no Brasil, procurou construir o conceito de brasilidade, algo que disfarçasse as diferenças presentes entre as fronteiras internas do país. Sobre tal construção, é necessário destacar, que se deu como produto de uma arquitetura historiográfica inovadora no contexto nacional, e que foi ampliada para além dos termos do IHGB nas décadas seguintes, sempre disposta a construir uma face para a nação e a corroborar com o poder criador do discurso dos historiadores.

Exemplos dessa prática podem ser identificados nos trabalhos de Capistrano de Abreu, Manoel Bonfim, Sílvio Romero, Affonso Celso, Alfredo Ellis Júnior, Alberto Torres e Paulo da Silva Prado, estendendo-se a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Conhecemos, porém, a figura do paulista Francisco Adolfo de Varnhagen como sendo o precursor na escrita sobre as interpretações do Brasil já como uma unidade pátria. Sua obra intitulada *História Geral do Brasil*, escrita em 1850, foi redigida em um momento histórico em que, a existência de um delineado território brasileiro não assegurava um sentimento forte de “brasilidade” entre seus moradores,

devido as inúmeras divergências sociais que existiam entre os heterogêneos povos brasileiros. Esta obra é considerada por alguns estudiosos, dentre eles, Arno Wehling, como o principal exemplo da ligação entre a intelectualidade imperial, vinculada ao Instituto Histórico e o poder político do Segundo Império.

Segundo José Carlos Reis (2007), a ligação pessoal de Varnhagen com a família imperial influenciou totalmente a escrita de sua interpretação sobre o Brasil. Sua obra não foi uma produção neutra, livre de interesses do império. O recente imperador precisava de uma história brilhante que desenhasse o perfil de um país independente, e competiu a Varnhagen a tarefa de escrevê-la.

Conforme este autor, Varnhagen elabora sua obra consoante a visão européia sobre o Brasil, a partir de um olhar “da casa grande”, sua narrativa se mostra de fundamental importância para a historiografia brasileira, devido ao pioneirismo no uso da metodologia crítica empregada nos documentos utilizados como fontes, certamente sob a influência alemã do historicismo utilizado por Leopold Von Ranke, ancorado no método positivista da objetividade e neutralidade.

Contudo, a face que se desejava para a nação tornava imprescindível o conhecimento do Brasil como um todo, acentuando-se todas as diferenças e singularidades existentes em si mesmo desde os primeiros tempos da colônia, descobrindo e revelando as partes que formavam um todo. Para tanto, fazia-se necessário “descobrir” o Brasil mais uma vez, de modo a desvendar as várias histórias de sua formação e consolidação como nação.

Tratava-se, pois, de exercício sutil de unificação da nação e justificação da política de atuação do poder, na medida em que as antigas províncias, agora unidades estaduais, necessitavam manifestar as suas especificidades associadas e complementares a um todo: o governo central.

Sobre as diferenças, que inevitavelmente seriam encontradas nos diversos cenários regionais brasileiros, Martius ainda projetava que, os historiadores deveriam promover narrativas históricas de esferas locais, mas que compactuassem entre si, para que assim, houvesse uma diminuição nas diferenças históricas das regiões do país, contribuindo desta forma para a elaboração de uma história nacional mais digna de credibilidade. Era disso que um Brasil independente necessitava, e que a elite brasileira queria mostrar: uma história que elogiasse a nascente nação, que exaltasse seus heróis e passasse confiança e orgulho para as seguintes gerações.

Promover uma identidade para uma nação não foi e nunca será tarefa simples. Não é somente pela narrativa histórica que se constrói uma pátria. Para Stuart Hall, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2005, p 48). Deste modo, um inglês sabe o que é ser inglês, a partir do modo que a cultura inglesa é representada, através de um conjunto de significados que define a cultura desta nação.

Vemo-nos como brasileiros, por exemplo, devido à capitulação daquilo que definimos ser pertencente a uma “brasilidade” que nos une e nos caracteriza. Do mesmo modo, de forma mais específica, sabemos que somos paraibanos e nos sentimos assim a partir da aceitação e do compartilhamento de símbolos, práticas, histórias, dentre outros aspectos presentes na dita “paraibanidade” que nos representam e nos definem culturalmente como tais.

Com isso, certificamos que a nação não é apenas uma delimitação política, mas sim, um conjunto sistemático que é representado por sua cultura. Podemos dizer então, que a identidade nacional é necessariamente um discurso construído, tomando como exemplo o IHGB, que se propôs a forjar uma identidade para o Brasil a partir de narrativas históricas heróicas, procurando construir uma concepção acerca de nós mesmos.

Segundo HALL (2005), os discursos construídos sobre a nação passam a gerar lugares de sentidos, sentidos esses que identificam culturas, e identidades. Onde essas identidades são compactuadas entre gerações através das memórias e das narrativas que são passadas, conectando assim, passado e presente a partir das imagens que são construídas da nação.

É, porém, por serem construídas por essas subjetividades, como representações e discursos, que o pesquisador Benedict Anderson (1983) diz que, as identidades nacionais são na verdade, “comunidades imaginadas”. Para este autor, uma nação se define como “uma comunidade política imaginada e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo, soberana (IDEM, p 32)”. Anderson ainda explica:

Ela é imaginada porque os membros das mais minúsculas das nações conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, p 32, 1983).

Um exemplo bastante claro que pode ser aplicado a esta ideia pensada por Benedict é a tão conhecida história milenar dos judeus, em suas trajetórias pelo mundo. Por muito tempo, viveram a vagar em busca de um território (geográfico), para se estabelecerem e cultivar seus costumes e crenças. Todavia, inúmeros fatores, em diferentes contextos históricos fizeram com que tal povo vivesse disperso em várias partes do planeta.

No entanto, mesmo espalhados pelo mundo a fora, tendo contato com outros povos e culturas, os judeus mantiveram-se firmes e perseverantes na ideia de solidificar seus costumes, e principalmente sua religião. Seguindo a lógica da nação como uma “comunidade imaginada”, podemos dizer que os judeus, durante muito tempo, até 1945 mais especificadamente, permaneceram em nação, mesmo sem constituir um Estado.

O historiador Eric Hobsbawn, em *Nações e nacionalismos desde 1780* não considera a nação como uma entidade social originária e imutável. Para ele o nacionalismo vem antes das nações. Hobsbawn ainda acredita que as nações e os fenômenos associados à elas devem ser analisados em questões mais amplas do que a língua, ou questões culturais. Elas devem também ser analisadas em suas condições políticas, econômicas, administrativas e etc. (HOBSBAWN, 1990).

Segundo Anderson, o conceito de “comunidade” é aplicado a uma nação por que, mesmo sendo ela repleta de desigualdades sociais e explorações entre seus povos, “a nação é sempre concebida em uma camaradagem horizontal” (idem, p 34). Seria, por isso, explica Benedict Anderson, que vimos por muitos séculos, tantas pessoas matarem, e até mesmo morrerem, pela pátria a qual pertenciam. Pátria essa que foi construída e representada a partir do imaginário e dos discursos de determinados grupos, cujas ideias foram predominantes em determinado momento.

Como diz Roger Chartier, essas “representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CHARTIER, 2002). Desta forma, podemos dizer que a identidade nacional é uma representação construída por grupos que impõe ideologias. Semelhantemente, afirma Michel Foucault:

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos

que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominarem seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2000).

No caso da “comunidade” brasileira, por exemplo, esta foi fruto da imaginação exercida e dos discursos construídos pelos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando estes projetaram uma face para a recente nação emancipada. A respeito deste sentido, Chartier esclarece que a comunidade é uma representação que:

Coloca-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto às lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002:17).

Partindo da noção que define a identidade nacional como uma representação, é esperado, porém, que esta representação seja universalista, ou seja, que atinja ao máximo a população do espaço a qual deseja unificar, procurando legitimar-se a partir da difusão dos costumes, hábitos e discursos que aos poucos devem ser assimilados pelas pessoas, pois, sem a assimilação das propostas de identidade pela população, o principal sentido da representação - que é obter uma ordem a partir da consciência de pertencimento - será inválido.

Imaginar uma nação é, antes de tudo, selecionar e compactuar escolhas relativamente favoráveis a um determinado grupo que detém maior poder representativo, uma vez que, “amnésias coletivas” fazem parte do jogo político que pretende construir uma nação.

Ainda no Brasil império, por exemplo, período de criação do Instituto Histórico, que pretendia formar a face brasileira, era mais comum de se ver na historiografia do Brasil, interpretações sobre o país baseadas nas diferenças das raças, colocando em jogo conceitos de superioridade e inferioridade, impregnando assim, na nossa cultura, um discurso de incompletude, como afirma Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro*. O povo brasileiro seria um povo que sempre viria a ser, sendo assim, sempre um projeto do futuro.

Passar a imagem de um Brasil europeu ou até mesmo indígena, mesmo num território cuja população predominante era de negros e mestiços, parecia se mostrar mais confortável para alguns intelectuais como Varnhagen e outros ligados ou não ao IHGB. Por muitos anos, a face escravocrata brasileira se manteve oculta na

propaganda identitária nacional. Não seria de bom grado para a nação enfatizar os momentos de atrocidades e pequenez humana trazidas pelas décadas escravocratas.

Já no período republicano, quando o país vive em outro contexto histórico, e se via na busca de progresso em inúmeras áreas, principalmente a econômica, a escravização já não atendia às necessidades de uma sociedade que visava à modernização, e assim, símbolos legados da sincronia dos cativos com as terras brasileiras, como o samba e a capoeira, acabaram se transformando em características peculiares de nossa brasilidade. A mestiçagem por sua vez, que se encontrava até então disfarçada, passou a ser peça integrante da característica do Brasil.

Assim, em certos momentos nossa cultura è profundamente desvalorizada por nossas elites, tomando-se em seu lugar a cultura européia (ou mais recentemente a norte-americana) como modelo. Como reação, em outros momentos nota-se que certas manifestações da cultura brasileira passam a ser extremamente valorizadas, exaltando-se nossos símbolos nacionais (OLIVEN, 1982).

Nos discursos do escritor pernambucano Gilberto Freyre, por exemplo, notamos a indução de uma harmonização entre as relações das três camadas que deram origem a nossa sociedade. Casa grande & Senzala pode ser considerado o retrato de um Brasil socialmente dividido, embora culturalmente compactuado, muito diferente das discussões trazidas anteriormente por Varnhagen. Entende-se com isso, que, construir uma nação, é além de tudo, atender a relações de interesses de grupos dominantes e contextos temporais, uma vez que, cada sociedade age conforme sua conjuntura histórica. E junto a sociedade, mudam-se também os discursos.

1.1 Brasil: um mosaico de identidades

"O meu pai era paulista,
meu avô, pernambucano, o meu
bisavô, mineiro meu tataravô,
baiano"
(Chico Buarque - Para Todos)

As culturas nacionais e regionais juntas constituem uma das principais fontes de identidade. Mas longe de ser algo espontâneo e natural, toda identidade é construída e fabricada em processos linguísticos e sociais de natureza ideológica e

discursiva. É evidente que o local onde nascemos condiciona nosso sentimento de nacionalidade ou de pertencimento a uma regionalidade. No entanto, não podemos deixar de constatar que a identificação de um sujeito com um determinado espaço geográfico como país, estado ou até mesmo cidade, antes de ser um dado que lhe é natural, é, de fato, fruto de um processo de construção social e discursiva.

Existem, no entanto, estratégias representativas acionadas para construir um senso comum acerca do pertencimento a um grupo. Como afirma Bourdieu (1980), “existir socialmente é ser percebido como distinto”. É com referência nesta perspectiva que se inserem o que se entende por nação e região como comunidades políticas e culturais, que atribuem assim, identidade à sociedade. As construções de identidade são sempre realizadas como um trabalho simbólico dos indivíduos em sua cultura e com a sua cultura.

Não existe uma relação direta entre atribuições de identidade e o mundo real. O imaginário é sempre representação, e a tradução em imagens e discursos daquilo que se chama de real e do que se pretende tornar real. Assim, uma sociedade se constitui como tal quando se atribui uma identidade, ou seja, quando elabora para si uma imagem, buscando estabelecer com isso, uma rede de significados e de pertencimento.

Assim, podemos dizer que entre o imaginário do que se deseja e o tornar real, existe uma mediação constituída pelos processos de apreensão e elaboração simbólica, que inclui, em especial, estratégias de mediação linguística e discursivas. A forma como falamos de nós mesmos, dos outros e com os outros representa uma prática identitária com um *ethos* próprio (MAGALHÃES, 2000).

Desta forma, podemos afirmar que a elaboração de uma identidade própria de representação social envolve o resgate de uma história oficial, de um passado comum e de um mito das origens (HALL, 2002). Em sua tese sobre as “tradições inventadas”, Eric Hobsbawn fala a respeito dessa prática exercida pelos historiadores de evidenciar e prolongar o passado que se parece “apropriado” para embasar com a História, o imaginário que se pretende construir:

Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar outros valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta se estabelecer

continuidade com um passado histórico apropriado. (RANGER, HOBBSAWN, 1984 p.9)n

Buscando resgatar a memória através de um passado glorioso, um passado selecionado e atribuído de significados, os historiadores passam a ser construtores de identidades nacionais e regionais, dependendo assim dos lugares a que estes pertencem e dos interesses que os cercam. Tais como produções historiográficas ligadas às elites, e Instituições oficiais, que acabam com seus discursos atingidos por interesses pessoais ou de grupos dominantes. Uma vez que, sabemos que toda produção historiográfica parte de um lugar político, social, econômico e cultural, conforme os ditames de Michel de Certeau.

Baseando-se nessas teorias, analisamos os discursos formadores das diversas identidades existentes no Brasil, à exemplo da estudada nesta pesquisa, a paraibana, analisamos as demais que possuem certa evidência no país como a identidade paulista, a identidade gaúcha, a baiana e a pernambucana. Constituídas através de processos semelhantes de formulações de discursos produzidos por instituições oficiais e/ou grupos de elites intelectuais das respectivas localidades.

Discursos esses que ao mesmo tempo em que são formulados pelas ditas instituições oficiais e certos grupos seletos da sociedade, são compactuados e afirmados pela população como um todo, de modo a atribuírem significados às identidades forjadas.

Onde, de acordo com Pierre Bourdieu, (1980), certas instituições e grupos têm o poder de persuadir demais pessoas a partir do seu capital simbólico, tornando seus discursos e mensagens mais eficazes. Além do mais, a identidade que se pretende firmar para um povo ou região, tem que ser aceita e compactuada com as variadas camadas sociais, para que ela seja legitimada.

Desta forma, ao mesmo curso em que os Institutos Históricos contribuía para a construção da cultura nacional e do sentimento de nacionalidade através dos discursos produzidos por seus membros, também contribuía, ou foram os grandes responsáveis pela invenção das identidades regionais, tais como as ideias da pernambucanidade, paulistanidade, da baianidade, da identidade gaúcha e, naturalmente, a aqui estudada, paraibanidade.

A "cultura nacional" brasileira é, destarte, profundamente assimétrica e desigual no seu desenvolvimento - ainda que se tenham articulado teorias e

ideologias que a consagram: é uma "democracia racial", é uma "cultura cordial" (pois seus integrantes são "homens [e mulheres] cordiais", é uma cultura sem guerras, internas, de conciliação, quase, dir-se-ia, lasciva, por amorosa ... Ademais, compõe-se de demopsiques amabilíssima e nobilíssimas: a mineiridade (com mineiridade), a paulistanidade, a baianidade, a pernambucanidade, a gauchidade, em que cada uma dessas polidades ou policidades sobleva pela sobriedade, engenhosidade, convivialidade, heroicidade etc. sentimentos e qualidades positivos, em suma. (HOUAISS, [199?], p19)

“Em primeiro lugar, é inconcebível uma "cultura nacional" que não seja uma unidade de diversidades.” (idem, [199?] p. 13) Além de definir a cultura nacional como uma unidade de variações, Antônio Houaiss traz um direcionamento peculiar sobre a produção das ideologias de regionalidade, uma vez que seus discursos são criados com estratégias generosas que favorecem uma assimilação rápida por parte da população do seu meio, uma vez que as atribuições identitárias impostas são bem pródigas, obstruindo assim, as muitas verdades deixadas de lado sobre o que fica por trás deste processo de construção de identidades. Como as histórias dos vencidos, e não só dos vencedores, relatos de grupos marginalizados historicamente.

Assim, a proposta discursiva de reorganização do país visando consolidar a sociedade brasileira é formulada através de um modelo político-administrativo baseado na região enquanto elemento constitutivo da nação, pois é o conjunto de regiões e não uma coleção aleatória de estados que formaria de fato o Brasil.

Para Freyre (1947), a afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação à homogeneização cultural e como uma forma de salientar diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e atualidade da questão da federação, numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural, dar a entender que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional.

Uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é mais do que uma nação; é mais fundamental que a nação, como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana. Um filósofo, no legítimo sentido, tem que ser super ou supranacional; mas dificilmente ele pode ser supra-regional no sentido de ignorar as condições regionais da vida, da experiência, da cultura, da arte e do pensamento que lhe cabe julgar ou analisar" (Freyre, 1947, p. 140-1)

No entanto, de forma simplificada, é percebido que o que Freyre está afirmando é que o único modo de ser nacional num país de grande dimensão como o Brasil, é ser primeiro regional.

Desta forma, é demasiado importante conhecermos as variadas identidades regionais que compõem a identidade nacional, suas semelhanças e peculiaridades. E a partir destes “pedaços de Brasil”, entender a importância de cada sentimento de regionalidade para a compreensão do processo de formação e definição do que conhecemos hoje como Brasil.

A origem militar adquirida pelas necessidades fronteiriças da sociedade gaúcha representou, desde logo, um atributo fundamental para a distinção deste povo e lugar: a região muito cedo se definiu em termos de opção da nacionalidade. Ou seja, de acordo com o ideário local, os gaúchos tornaram-se "brasileiros" porque quiseram, porque eles possuíam outras escolhas. De forma mais clara, os discursos construtores da identidade gaúcha afirmam que os agentes desse processo remoto foram artífices da nacionalidade, construtores da fronteira, defensores da terra, e da Nação.

Nos discursos regionais, existiu, portanto, uma vontade bastante explícita e antiga, reforçada no contexto de guerras, de pertencer ao Brasil. Mais do que isso, o Rio Grande do Sul é "dado" ao Brasil pela ação militar defensiva e ofensiva dos ditos naturais da terra. Como diria Moysés Vellinho:

Foi antes como súditos de Portugal — brasileiros in fieri — e após a independência como brasileiros mesmo, que arrostamos com as vicissitudes de um prolongado e cruento drama de fronteira. A necessidade de defesa da comunidade nacional, ameaçada em suas divisas com as comarcas platinas mais que em qualquer outro ponto do nosso território, o que fez foi aguçar, dar um sentido urgente e militante à nossa consciência de brasileiros. (IDEM, 1964, p 8-9)

Como se pode observar bem, a formação de uma identidade nacional ou regional embasada no elemento "origens", a maioria das vezes, origens “gloriosas”, traduz-se em representações mentais que são, em si, repletas de valores (BOURDIEU, 1980, p. 65).

A exemplo da identidade rio-grandense, identificamos atribuições como: "Rio Grande do Sul, sentinela da fronteira", "sociedade gaúcha, verdadeiro acampamento militar", "Rio Grande do Sul, construtor da nação". Tais representações mentais envolvem atos de percepção, apreciação, conhecimento e reconhecimento e são acompanhados de representações contestáveis.

Repletas, também, de uma positividade, a guerra é atividade cotidiana de exercício das qualidades viris, o gaúcho primitivo é romanticamente designado como

"sem rei, sem fé e sem lei", mas sempre um lutador das causas justas. Tal exercício valorativo dos aspectos utilizados para a construção das identidades é recorrentemente utilizados em várias, senão todas as produções identitárias. Pois é preciso existir um discurso visto como atrativo, de modo que as pessoas da região queiram se apropriar.

De acordo com Bourdieu (1980), os grupos dominados não têm escolha senão a aceitação da definição dominante de sua identidade ou a busca de assimilação desses valores, numa declaração que se torna mediadora entre estereótipos e estigmas com a sua identidade legítima. De qualquer forma, o engajamento, passivo ou não, consciente ou não, das comunidades pertencentes a uma região à causa da identidade regional, fornece aos autores da representação um capital cultural e simbólico (BOURDIEU, 1980, p. 71).

Ainda trazendo como base os estudos de Stuart Hall (2003), sabemos que as identidades são constituídas historicamente e não biologicamente, uma vez que, segundo este autor, o sujeito assume unidades de identidades em diferentes momentos da sua vida, unidades estas que não serão unificadas em o que Hall define como um "eu coerente". Para ele, nós, seres humanos, possuímos identidades contraditórias, de tal modo que nossas identificações vão sendo ao longo do tempo, deslocadas. Assim, uma identidade plenamente unificada, coerente e segura, é na verdade, uma fantasia.

Em âmbito nacional, dentre os estudos interessantes sobre a construção das identidades culturais, está o caso da Bahia. Indentificar-se como baiano, pelo que se pode observar nos discursos postos por diferentes meios, demonstra uma série de implicações. Tais implicações seriam se mostrar sempre como uma pessoa alegre, entusiasmada, amorosa, bastante calma, e demonstrar seu amor de forma enfática pela Bahia. Tal como vemos nas representações de baianos na televisão e em demais formas de publicidades.

Segundo Hall (2003), a identidade do sujeito pós-moderno se constitui de uma "celebração móvel", formada e transformada em relação às maneiras pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Falar da "celebração móvel" e das formas pelas quais somos representados é trazer à tona o chamado jogo político na questão da identidade.

Toda identidade é arquitetada em prol de interesses sócio-econômicos e políticos extremamente poderosos, e além dos discursos das instituições oficiais, produtoras por muito tempo das histórias locais, temos hoje a mídia, que exerce um papel central neste processo de construção de discursos legitimadores.

Pode-se especular, sem receio, que as máximas “a Bahia é uma festa” e “o baiano não nasce, estréia” sejam construções ligadas ao ideário do povo festeiro que alimenta a construção identitária do povo e “faz a festa” da indústria do turismo da Bahia.

Embora não seja de agora que a Bahia é vista de modo estereotipado, como uma terra de gente festeira, a terra do carnaval, Albino Rubim (1998, p. 17) assegura que essas afirmações não existiam até a metade do último século, sendo construídas por um conjunto de autores, com destaque para os artistas e intelectuais locais.

Foi com bases nos elementos da geografia e da história combinados de uma maneira especial, que foi possível firmar a crença de que São Paulo foi o “berço da nação”. De acordo com as pesquisas de Marly Motta, São Paulo foi apresentado como centro irradiador da “primeira conquista” do território da colônia, a partir da construção da vila de São Vicente, e do eixo de penetração da “civilização latina” no interior a partir das bandeiras.

Afastados do litoral pela barreira da Serra do Mar, atraídos pelos rios que corriam para o “sertão”, os bandeirantes de Piratininga, longe dos olhos da Coroa, puderam desenvolver, graças a essas peculiares circunstâncias geográficas, um *ethos* próprio, baseado em valores como “amor ao trabalho, à ordem, à disciplina, à determinação, à ação e ao pragmatismo”. Este *ethos* definiria a figura lendária do bandeirante paulista.

A rigor, a geografia do Brasil é quase uma invenção paulista. A grande saga dos bandeirantes traçou os limites do território nacional, fincando a bandeira do futuro País. Sobre a chamada “raça” paulista, afirma Celso Mariz:

A natureza brasileira, a terra brasileira, só o seio abriria em exposição dos seus thesoiros a um povo que fosse a expressão synthética de si próprias, terra, natureza. Esse povo assim, com o organismo formado à calidez do sol abrasador, com os olhos destros de contemplar nossos acidentes, matas, rios, serras, paysagens, não tardaria no cenário amplo da História. Vivendo deste mesmo sol a vida dessas mesmas paysagens, adaptada ao clima exigente, à luz intensa, ao hábito original, esboçava-se no meio daquela sociedade disforme de europeus e selvagens, a raça gloriosa dos paulistas. Aparece, então, na História, realçada à luz dos feitos, a organização vibrátil do paulista. (MARIZ, 1910, p.15-16)

Assim, uma invenção da tradição paulista englobaria um discurso que atualizasse a imagem deste precursor herói bandeirante. “Pioneiro, desbravador e empreendedor”, restaurando uma linha de continuidade entre o passado o presente e futuro. Herdeira desses valores, a liderança paulista estaria, mais do que qualquer outra, adequada para guiar o país em busca de novos rumos que o levassem ao mundo moderno, atendendo assim as exigências contextuais que iam mudando ao longo do tempo no Brasil.

A história e os feitos dos bandeirantes eram apenas um dos meios que São Paulo possuía para se situar favoravelmente na construção da memória regional e nacional. Por meio dos fios da continuidade, São Paulo tecia a sua tradição. Inventou as bandeiras desbravadoras do território nacional, e os bandeirantes empreendedores e disciplinados, elevando-os à condição de eventos e personagens fundadores da história nacional. Transformou o riacho do Ipiranga em solo sagrado da pátria livre, e José Bonifácio no “patriarca da independência”. (MOTTA, p. 346)

Essa invenção do passado era acompanhada, como já sabemos, por apostas no presente e no futuro. Os denominados “moços de São Paulo” Mário e Oswald de Andrade, e Tarsila do Amaral, dentre outros intelectuais paulistas, contribuíram fundamentalmente na semana de 22, para a consolidação da hegemonia cultural paulista perante as demais regiões do país. São Paulo não era somente a “terra dos bandeirantes”, mas sim, a cidade do progresso e da cultura.

Diante do desejo desafiador de criar uma nação moderna, a “geração de 1922” investiu na produção de interpretações sobre o Brasil que inauguraram novos estilos de pensar o país, sua história, seus dilemas do presente e perspectivas de futuro. Com raízes inseridas nesse debate, a disputa pelo lugar de “nova cabeça da nação” implicou uma releitura do passado nacional, que visava a colocar São Paulo em posição privilegiada na qualidade de “modelo” para o Brasil que se preparava para comemorar seus cem anos de independência.

A memória histórica então construída não apenas formou discípulos e seguidores na conformação de um pensamento historiográfico nacional, como foi elemento de consolidação da posição hegemônica de São Paulo no cenário nacional nas décadas seguintes. Assim, paulistanidade se constituiu como identidade exemplo para a nação.

Se tratando agora de mais um expoente identitário dentre as identidades do Brasil, a denominada pernambucanidade, entendemos que para Identificar os fatores que desenvolveram esta identidade pernambucana é preciso primeiro tentar entender em que se consiste o famoso “orgulho de ser pernambucano”. Como já sabemos, o conceito de identidade é bastante complexo. De forma mais ampla, a identidade é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de um indivíduo que o distingue dos demais.

“A Identidade passa a ser qualificada como Identidade Pessoal, atributos específicos do indivíduo e de identidade social, atributos que assinalam a atribuição a grupos ou categorias” (Jacques, 1998, pág. 161). Desta forma, pode-se entender que na constituição de uma identidade cultural o homem não age como um ser autônomo. O ser social se coloca em algo mais vasto: como parte de uma sociedade, de um grupo, de uma classe, de um estado ou nação.

O preceito de representação cultural aqui se refere ao que significa ser pernambucano, e isto é devido ao modo como a pernambucanidade vem a ser representada, como um conjunto de significados traçados pela cultura regional. O Estado não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentido. As pessoas não são apenas compostos legais de um Estado, elas participam da idéia de Estado tal como representada em sua cultura.

Assim, entendemos que o Estado é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade. Cada Estado produz seus mecanismos identificadores, para assim se distanciarem das identidades de outras nações ou regiões. Digamos que essa é a função dos símbolos nacionais. O especialista em identidades nacionais Stuart Hall, em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, disse que “culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’ – imagens e símbolos –, constroem identidades”. E temos como um dos principais símbolos identificadores os hinos.

Os hinos estaduais podem ser considerados também mecanismos construtores das identidades locais. Na maioria das vezes, seus discursos retomam aos fatos heróicos de um passado visto como glorioso. Adotam uma narrativa que descrevem o que se procura tornar permanente na memória coletiva. Aquilo que pode ser exaltado e tido como qualificante de determinado povo. Vejamos o exemplo de alguns trechos do hino de Pernambuco:

Coração do Brasil! em teu seio
Corre sangue de heróis - rubro veio
Que há de sempre o valor traduzir
És a fonte da vida e da história
Desse povo coberto de glória,
O primeiro, talvez, no porvir

"Salve! Ó terra dos altos coqueiros!
De belezas soberbo estendal!
Nova Roma de bravos guerreiros
Pernambuco, imortal! Imortal!"⁶

“No passado o teu nome era um mito, era o sol a brilhar no infinito, era a glória na terra a brilhar.” Nos trechos antepostos vemos como os usos de discursos que evocam o passado são recorrentes, poeticamente e heroicamente colocados no hino pernambucano. Como é sabido, tais estratégias fazem parte do aproveitamento dos símbolos e vultos representantes da identidade de determinado povo e lugar. O aproveitamento do tão buscado “passado glorioso”. Semelhantemente, iremos encontrar tais discursos em demais hinos estaduais, como o do estado da Paraíba:

Tens um passado de glória,
Tens um presente sem jaça:
Do Porvir canta a vitória
E, ao teu gesto a Luz se faça!

Salve, ó berço do heroísmo,
Paraíba, terra amada,
Via-láctea do civismo
Sob o Céu do Amor traçada!

Os discursos historiográficos de uma Paraíba brava, forte e guerreira desde seus primórdios, criados e enfatizados pela historiografia local com o intuito de organizar uma identidade peculiar para a Paraíba, diferenciada da identidade pernambucana e longe de uma história raquítica atrelada à história nacional, se encontram ecoados no hino paraibano. Usado também como um meio determinante e legitimador desta identidade almejada e logo projetada, a paraibanidade.

Direcionando-nos novamente para os discursos formadores da pernambucanidade, os fatores de extrema relevância a ser analisado quando tratamos da formação da identidade pernambucana é o imaginário que surge com as batalhas

⁶ Com a letra de Oscar Brandão da Rocha, e a música de Micolino Milano, o hino de Pernambuco foi composto no ano de 1909, e exalta as belezas, as conquistas e o passado do povo pernambucano. Este hino é demasiadamente conhecido pelos pernambucanos, pois, além de ser sempre exposto nas escolas, é recorrentemente executado em variados eventos no estado.

e revoltas ocorridas no estado. Dentre elas, podemos destacar a Restauração em 1654 ocorrida contra o domínio holandês que é considerada um marco do sentimento nativista brasileiro. Depois disso, os pernambucanos se orgulhariam de sua participação ativa na História do Brasil.

Os elevados ideais libertários sempre foram mantidos, como na Guerra dos Mascates, entre 1710 e 1712, na Revolução Pernambucana, em 1817, na Confederação do Equador, em 1824 e na Revolta Praieira, em 1848. Em todas essas revoltas e batalhas foi sendo desenvolvido um acervo de símbolos, feitos, imagens e valores tornados comuns aos pernambucanos.

É válido ressaltar que de forma especial, o movimento que ficou conhecido como a Revolução Pernambucana, ocorrido em 1817, é em específico, bastante utilizado pelos intelectuais pernambucanos para suas afirmações identitárias. Sem falar que todas as publicações sobre história do Brasil, são praticamente unânimes em apresentar esse fato como "Revolução Pernambucana" e quando se referem à participação da Paraíba colocam apenas como um prolongamento do movimento de Pernambuco, sem nenhuma importância. Ou pouca importância.

Extraindo algumas obras já produzidas por paraibanos, os historiadores em geral reproduzem a concepção exclusivista de Pernambuco referente a este movimento. Faz-se necessário, portanto, uma revisão historiográfica no sentido de fazer justiça aos outros participantes desta Revolução de 1817. O movimento se estendeu por quatro capitânicas do norte: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas.

No entanto, a visão da superioridade de Pernambuco sobre os demais estados do Nordeste não se limita à historiografia de 1817, transcorre por toda história e coloca raízes nos primórdios da colonização. Foi de lá que partiu a ideia de criação da capitania real da Paraíba, transformando a "indomável" capitania de Itamaracá em território "dócil" à conquista, após vencerem a resistência dos potiguaras, nativos que ocupavam o litoral, desde Itamaracá até o Maranhão com a indispensável ajuda dos tabajaras, indígenas recém chegados (GURJÃO, 2013).

Na espécie de depósito açucareiro e controlador do comércio de exportação dos produtos da região, graças às condições favoráveis de seu porto, Pernambuco manteve a hegemonia no Norte e Nordeste. A Paraíba, também pela proximidade geográfica, foi a capitania mais vinculada a Pernambuco, chegando, no século XVIII,

a ser anexada oficialmente, permanecendo sob domínio pernambucano durante quase meio século.

Mesmo depois de sua emancipação, a Paraíba continuou recebendo influência política e econômica de Pernambuco, cujo comércio controlava a produção agroexportadora paraibana. Por conseguinte, a mentalidade do paraibano foi construída mediante tais condições adversas que não favoreceram sua autoestima. Disso adveio a necessidade de se distanciar principalmente de seu vizinho Pernambuco.

Buscar para si não só uma independência em termos econômicos, mas em aspectos mais subjetivos como sua identidade. E é quando o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano se torna primordial para tal execução. Buscando através da história, evidenciar a Paraíba tal como deveria ser reconhecida perante os demais estados. Trazendo através da História fatos e feitos que compusessem o imaginário do ser e sentir-se paraibano. O ser forte, bravo, pacífico, guerreiro e republicano desde os primórdios.

O imaginário do que seria o pernambucano varia ao longo do tempo, e o imaginário da Revolução de 1817 sempre emergiu na memória social e criou identidade própria. As discussões sobre a formação da cultura nacional e regional é uma forma equilibrada. As identidades são construídas entre o passado e o futuro. Como bem já enfatizamos. Equilibram-se entre o passado de glória para construir um futuro baseado naquele passado para avançar.

As culturas são tentadas a voltar defensivamente para aquele “tempo perdido” quando a nação era “grande” para restaurar a identidade nacional. Essa busca, essa fuga ao passado, constitui um elemento regressivo. Esse retorno ao passado camufla uma luta para mobilizar as pessoas para que se diferencie e assim expulsem os “outros” que ameaçam sua identidade.

Diante de todo o contexto abordado, compreendemos que tanto a paraibanidade quanto a pernambucanidade e demais identidades regionais, suas construções estão correlacionadas às construções das identidades culturais em cada indivíduo. O conceito sociológico de identidade nos faz perceber que tais identidades são construídas socialmente, através do orgulho das suas terras, dos seus povos, de suas manifestações culturais, dos feitos realizados em suas histórias, que por hora parecem e querem ser imutáveis.

Podemos dizer em especial que a construção da cultura do povo pernambucano e do povo paraibano, com suas lutas, seus ganhos e perdas fortalecem e reafirmam essa identidade. Assim, o “orgulho de ser Pernambucano”, e a idéia de uma “Paraíba mulher macho”,⁷ constituem de um importante fator nessa identificação, merecedor de destaque. Pois esses sentimentos que surgem embasados nos elementos tão ressaltados, não são apenas frutos de um sentimento natural de pertencimento, é também um importante elemento de criação, “manipulação” e manutenção das relações sociais e seus discursos.

1.2 “A paraibanidade aqui se fixou para um culto permanente”: o IHGP e a construção identitária do paraibano

Quando amanhã, na plena exuberância de uma vitalidade inexharível, o Instituto Histórico revestido das galas de repetidos triunfos, compulsar as chronicas apoucadas que ora lhe legamos, conhecerá bem a extensão de seu merecimento em ter feito sahir do nada o movimento perenne da grandeza paraibana.⁸

Em uma celebração solene, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano comemorava o centenário do aniversário da capital do estado, a cidade de Parahyba de Nossa Senhora das Neves. Onde em 1906, na citada comemoração, o sócio fundador do IHGP Manuel Tavares Cavalcanti proferiu seu discurso à “musa da história”. Rogando a redenção pelo passado revivido e a libertação do “jugo do esquecimento”.

Tavares Cavalcanti clamava pelas “efemérides” daquela História da Paraíba. Uma História da Paraíba lapidada pela ação de heróis do porte de Vidal de Negreiros e outros nomes e personagens que marcaram determinaram a Impressão do espírito intrépido e glorioso de um povo. Eis o propósito para o qual surgiu o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (JÚNIOR, 2013).

⁷ Trecho retirado da música *Paraíba* de Luís Gonzaga e Humberto Teixeira lançada em 1950.

⁸Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano- Ano I, Vol. I. João Pessoa. Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p 90.

Doe-nos os sentimentos da vossa grandeza unguindo a nossa alma com este suave perfume do amor do passado que inebria os povos inclytos e viris, edificando-os para as sublimes aspirações do futuro. Ostentai a inigualável moldura que tiveram teus feitos heróicos, moldura primorosa rutilante do azul turquezino do céu, do verde esmeraldino das matas, do límpido rebrilhar das cristalinas águas desta plaga virgens da América (RIHGP, 1909).

Deste modo, dando continuidade ao projeto do IHGB, e de modo a auxiliá-lo, foram paulatinamente criados espaços de saberes nas variadas unidades federativas da nascente república, compostos por nomes de destaque em seu meio social, homens de letras e amantes da história, embora muitas vezes sem nenhuma formação acadêmica específica para o ofício, mas com todo o engajamento do fazer historiográfico tão comum aos homens de letras da época, de acordo com a constatação de SCHWARCZ (2000).

Tais espaços findaram por se constituir como lugares de produção de uma historiografia não acadêmica, porém, ilustrada. O modelo encontrou eco na Paraíba, onde, em 1905, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), que, mesmo quase 70 anos depois, tinha o propósito de servir como uma extensão do projeto proveniente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (DIAS, 1996). Em data comemorativa do aniversário da independência nacional, o IHGP é fundado.

Semelhantemente ao IHGB, seus fundadores propuseram e demarcaram a “passagem de uma Paraíba sem história, para uma Paraíba com história e escrita por paraibanos” (DIAS, 1996 p.36), uma vez que, o que se encontrava sobre a história da Paraíba era apenas crônicas ligadas à história de Pernambuco⁹, e a do Brasil. Iniciou-se a partir daí, a tentativa desta instituição de construir uma história pautada na busca de uma singularidade, assim, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como principal ideia para consolidar seu objetivo, especificar o ser humano a qual se identifica como paraibano.

Até o início do século XX, a Paraíba não tinha uma história institucionalizada específica, organizada no intuito de demonstrar todas as singularidades desse

⁹ O orador oficial do IHGP no dia 12 de Outubro de 1905, João Pereira de Castro Pinto, dizia que “A Parayba na América portugueza tendo sua chronica propriamente dita, para um volume, separadamente da chonica geral da colônia, não tem a sua história no sentido estricto do termo fora da história de Pernambuco” (RIHGP, 1909, p 21).

território e de seu povo. A existência de crônicas, e mesmo da constatação de remissões ao papel da Paraíba no contexto de uma história nacional, foi compreendida como uma “história externa”, despida de exclusividades, tendo-se em vista que tal narrativa sempre explorava a Paraíba como uma extensão de Pernambuco ou como “um pedaço do Brasil”.

Com esse objetivo, os produtores da história paraibana, se dedicaram a criar um “tipo único paraibano”, a partir de adjetivos que justificassem a realização dos grandes feitos que devesse exaltar a história local, justificando, assim, a historiografia como excelente campo de criação identitária. Parte disto o ideal da paraibanidade.

Pautada num modelo previamente despertado entre os homens de letras que idealizavam tal operação historiográfica, a premissa de tal produção se pautava em um tipo de “destino manifesto” do pequenino estado, cuja realização só teria sido possível face ao traço de personalidades condutores desses feitos: os paraibanos, dotados de força, bravura, pacificidade, honestidade e tantos outros adjetivos qualificadores desta identidade (DIAS, 1996).

Na elaboração de uma narrativa que destacasse tal idealização, impunha-se o elenco de datas e acontecimentos, consagrados como marcos simbólicos da história do estado, ligados aos grandes momentos do passado do país. Dessa engenharia retórica adveio o conceito de “paraibanidade”, que norteou o sentido da identidade local. Identidade esta, que, seguindo moldes das formações das identidades nacionais, foi antes de tudo, “imaginada”, formulada a partir do interesse de uma unificação, e, acima de tudo, de uma singularidade de um território e de seu povo, o povo paraibano.

“A história é uma ressurreição”, exclama o historiador Michelet (CAVALCANTI, 1909, p39). Esta citação inicia o evento realizado por Manuel Tavares Cavalcanti, no dia 15 de Novembro de 1905, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ao lê-la, podemos perceber alguns elementos importantes a respeito do que veio a ser o discurso produzido pelo IHGP. Jules Michelet foi um exímio representante da corrente historiográfica francesa, suas obras não seguiam o modelo da história erudita dos historiadores profissionais do final do século XIX. Em vez de um trabalho de erudição sua obra baseava-se em crônicas e compilações (PROST, 2008).

A obra produzida por Michelet serviu de modelo e inspiração para a produção historiográfica do IHGP. Considerando as formações discursivas como componentes das Formações Ideológicas, percebemos o discurso do IHGP ser interpelado pela influência da obra de Michelet e a defesa da história oficial do Governo do Estado (BARBOSA, 2004).

Ao passar dos anos, com o avanço das pesquisas e as mudanças ocorridas nos campos das ideias, a História que antes era vista como o próprio passado, passou a ser trabalhada como uma versão dele. E o discurso produzido pelo Instituto Paraibano é um modelo exemplar dessa historiografia, pois ao escrever a história da Paraíba, seus membros e colaboradores, conseguiram construir um “efeito de verdade”, transformando os artigos publicados através das revistas em documentos/monumentos.

Assim, a historiografia paraibana toma estas versões como sendo o olhar da verdade. Uma verdade que foi definida pela época da produção historiográfica, a partir de uma linguagem que dá sentido e significado as coisas, isto é, os lugares de produção de verdades (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2000).

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico paraibano só ocorreu, como já sabemos, em 1905, quando a República se encontrava ainda em momento de crise e buscava se consolidar como sistema político brasileiro, pois, os principais membros e colaboradores ao resgatar a história paraibana, buscavam demonstrar que a Paraíba sempre lutou pela implantação da República e que os movimentos insurrecionais ocorridos ao longo do período monárquico, buscaram esse fim, estando, portanto, a Paraíba na vanguarda dos embates políticos do país.

A revolução de 1817 custou aos brasileiros muitas dores, muitas vidas e muito sangue, mas para compensação deu-lhe a liberdade por tanto tempo disputada! Sim que todos os acontecimentos, que precederam ao estrondoso facto da independência, não foram senão a consequência d'aquella generosa e arriscada resolução, que homens verdadeiramente patriotas manifestaram no dia 6 de março de 1817 (RIHGP. 1909 v. 1, p.180)

Neste trecho, percebemos um forte traço de um discurso heróico, e podemos notar como os escritores das Revistas do Instituto percebiam o movimento republicano, e tentavam com isso a todo o momento, delinear a identidade local e consagrá-la através dos discursos historiográficos. Nesse sentido, podemos observar a íntima ligação entre o estado e o IHGP, pois o estado é o principal benfeitor dessa

instituição, e por isso, o Instituto Histórico da Paraíba não poderia deixar de legitimar e enaltecer o poder do estado na construção do imaginário político paraibano.

No entanto, é preciso ressaltar que a ênfase historiográfica nos movimentos republicanos ocorridos na Paraíba, usados como feitos condutores de uma identidade paraibana republicana desde os primórdios, esconde acontecimentos que caracterizaram na prática uma afeição local pela monarquia, como mostra o trabalho de Murilo Augusto de Almeida.

Tendo Sua Magestade O Imperador de visitar esta Provincia, onde Podera Achar-se por todo o mez de Novembro próximo futuro, provavelmente Quererá percorrer os principaes povoados do interior maes proximos a costa ; e nesse cazo Terá de passar por essa Villa do Pilar, e pousar na povoação de Gurinhem da comarca de sua jurisdição.// Cumpre pois que V. Sa., como primeira autoridade nesses lugares, promova os necessários arranjos para a conveniente recepção de Sua Magestade.// Confio que V. Sa. E os habitantes da sua comarca se prestarão com gosto e boa vontade a honrar a Sua Magestade na Visita que ahi tem de Fazer, e que aproveitar-se-hão de tão boa oportunidade para manifestarem ao mesmo Augusto Senhor o amor respeito, e dedicação que todos nós Lhe tributamos (ALMEIDA, 1982 : 55).

A obra deste autor identifica em vários momentos e por parte de diferentes meios, as preocupações tanto dos membros do governo como também dos demais grupos da localidade com a presença do imperador na Paraíba. Desta forma, podemos perceber que o caráter republicano atribuído discursivamente ao paraibano não pode receber uma unanimidade de sentido.

Os sócios membros do Instituto Histórico e Geográfico, de forma semelhante aos fundadores do IHGB, ocupavam cargos públicos ou muitas vezes burocráticos, executavam trabalhos políticos importantes na instancia local, e também “tiveram atuação importante na imprensa local. [...] Neles começaram a escrever o que, posteriormente, viria a se qualificar como a História da Paraíba” (DIAS, 1996, p36).

Entre os anseios a serem conquistados através do discurso produzido pelo IHGP estava a busca pela *paraibanidade*, como já foi discutido anteriormente, na expectativa de desligar a história da Paraíba da história do estado vizinho, Pernambuco. Buscando, com isso, destacar as especificidades da história local e, “através dela, demonstrar a grandeza desse Estado” (DIAS, 1996: p33).

Não meus ilustres senhores, aqui ha uma sociedade que vive pelo pensamento e pela ação;há uma sociedade que vive e tem pretensões de ensinar a viver com probidade, glória e patriotismo, tirando dos feitos dos seus antepassados dignos, as lições que nobilitarão os parahybanos (RIHGP apud DIAS, 1980: 90).

Segundo Certeau (1975), o historiador ao realizar a sua pesquisa é influenciado por uma série de elementos, e o principal deles é o seu contexto social, o período em que está inserido e, sem dúvida, este também está sujeito a influência da corrente historiográfica contemporânea ao seu tempo.

Pensando assim, observamos que a historiografia produzida pelos Institutos Históricos foi em grande parte influenciada pela historiografia produzida pelos positivistas, pois esta escola exerceu certo predomínio durante o final do século XIX e início do século XX, até a criação da Revista *Écoledes Annales*, em 1929. Para os historiadores positivistas o Estado se apresenta como o verdadeiro sujeito historiográfico, principalmente através da sua representação política.

Os Institutos Históricos dominaram a produção historiográfica oficial brasileira até a década de 1930, após esse período, novas instituições de estudos históricos nacionais foram criadas. Mas as principais críticas que se formaram contra os Institutos Históricos, decorreram por volta da década de 1930, após a desvalorização global da História positivista, voltada para a política, tida como conservadora e elitista, através das críticas formuladas por diversas correntes teórico-metodológicas, principalmente a escola dos *Annales* (FALCON, 1997).

No entanto, é demasiado importante destacar o quão enriquecedor foi para a historiografia as feitura do modelo positivista de contar a história. O modelo historiográfico embasado pelo positivismo é uma produção do seu tempo e serve até hoje como fonte primordial para as novas correntes historiográficas.

Ao analisarmos obras historiográficas e até mesmo periódicos ligados ao IHGP, podemos perceber nitidamente o esforço dos membros e colaboradores daquela instituição em produzir uma história da Paraíba que fosse independente do seu estado vizinho Pernambuco. Apesar de sua fundação ocorrer em 1905, o Instituto Histórico Paraibano tem sua primeira revista publicada somente em 1909, nela encontram-se as primeiras conferências realizadas na instituição.

No primeiro número da revista são lançadas as bases sobre as quais o IHGP apoiou-se para produzir a “História da Paraíba”. O primeiro artigo publicado na mesma foi a conferência realizada por João Pereira de Castro Pinto, e, buscava lançar as balizas sobre a história da Paraíba a partir da criação de um marco fundador, “a colonização da Capitânia”, exaltando a bravura dos primeiros colonizadores e a

importância da aliança desses com os índios Tabajaras, que levou a vitória sobre a aliança entre Potiguaras e franceses.

A seguinte conferência articulada por Manuel Tavares Cavalcanti aborda desde a insurreição de 1817 até os primeiros anos da República, e é neste trabalho que Cavalcanti difunde as bases do discurso produzido pelo IHGP sobre o regime monárquico, construindo o que viria a ser a versão oficial da história local.

Nesta conferência, Manuel Tavares Cavalcanti deixa claro que a história da vida social, econômica e política da Paraíba se confundem com a de Pernambuco, com isso, mostra a necessidade de produzir uma história independente da história deste vizinho, e junto com os colaboradores busca produzir o que Cláudio Santa Cruz¹⁰ chamou de “paraibanidade”. Tal termo foi usado pela primeira vez por Santa Cruz, no seu discurso de posse em 1964, e reflete as pretensões as quais o IHGP se propôs a produzir a “história oficial” da Paraíba.

De acordo com os estudos de Serioja Mariano (2003), principalmente em seu artigo *A Paraibanidade como Culto: a Construção dos Discursos Históricos sobre 1817 no IHGP*, a *paraibanidade* é tratada como parte do projeto de construção da identidade nacional, tendo visto que foi necessário enfatizar as identidades locais para fornecer arcabouço sociocultural que pudesse contribuir para o projeto maior de criação da identidade na Nação brasileira.

Assim, em especial para a construção da identidade local, usou-se de inúmeros eventos para trazer à tona o “passado glorioso paraibano” e de forma preferencial, o movimento de 1817 foi bastante utilizado, eleito pelo Instituto Histórico paraibano como o movimento crucial para a construção da identidade paraibana, pois:

era uma história produzida com a tarefa de delinear o perfil da “nação” brasileira, reforçando paralelamente a construção de uma identidade local, que é formada, nessa perspectiva, a partir do movimento de 1817 eleito pela historiografia e reforçada nos discursos como um dos marcos fundadores da identidade paraibana (MARIANO, 2003, p7).

A partir da década de 70, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foi perdendo a exclusividade na produção da história local, pois em 1976 foi criado o Núcleo de Documentação e Informação da História Regional (NDIHR) anexado a

¹⁰Atuou como vice-presidente do IHGP por dois períodos. Contribuiu com a Instituição na produção das revistas e artigos, além de proferir inúmeras palestras no estado. O mesmo também foi membro da Academia Paraibana de Letras.

Universidade Federal da Paraíba. Com a criação do NDIHR o IHGP perdeu a exclusividade, porém permaneceu com a hegemonia da produção historiográfica local.

Chartier (2009), na obra *A história ou a leitura do tempo* buscou sintetizar o debate traçado por estes autores. Segundo Chartier, Veyne analisa que a história “é antes de tudo, um relato e o que se denomina explicação não é mais que a maneira de a narração se organizar em uma trama compreensível”. Por sua vez, White identifica as formas estruturais profundas da imaginação histórica com as quatro figuras de retórica e da poesia clássica, ou seja, a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia.

Certeau afirmou que, o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro, mas sob a forma de narração, obrigando os historiadores a abandonarem a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi à explicação histórica que o sustenta (CHARTIER, 2009).

Assim, podemos observar os objetivos da Instituição Histórica Paraibana a partir também da narrativa redigida em seu hino, um de seus principais símbolos por exemplo. De forma evidente, vê-se a tentativa de uma afirmação histórica heroica imposta ao passado da Paraíba a partir do interesse do resgate de suas memórias. O hino tem a letra feita por Joacil Pereira de Brito e diz assim:

Cultuamos o passado,
Nesta Casa da Memória
Revivemos, lado a lado,
Feitos da nossa história.
Ideal que permanece
E se tornou perenal,
Viva chama que aquece
E nos faz ser imortal.
Paraíba nosso chão,
És grandiosa na luta.¹¹

Esta análise feita por estes historiadores colocou em xeque os paradigmas existentes até então. A partir destas reflexões a narrativa passou a ser entendida como o lugar onde se revela o sentido dos próprios fatos, esse entendimento significou um empecilho importante para o conhecimento verdadeiro. Estratégias discursivas repletas de ênfases em atos ou acontecimentos tidos como heróicos obscurece o que essencialmente se busca na História, que são narrativas mais próximas da veracidade.

¹¹Hino do Instituto Histórico Geográfico Paraibano. Em GUIMARÃES, Luíz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa. Editora Universitária, 1998, p231.

Assim, a produção historiográfica construída pelo IHGP mesmo com sua notável importância dentro de sua temporalidade, foi se tornando obsoleta diante de inúmeras pesquisas que foram surgindo dentro e fora do ditame institucional, pois o questionamento sobre a existência de uma brecha entre o passado e a sua representação, entre o que foi e o que não é mais e o surgimento de uma narrativa que se propõe a ocupar o lugar do passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história e deram um novo sopro às pesquisas historiográficas.

As produções do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano estavam enquadradas em um modelo que por sua vez, as tornava uma representação do próprio passado (CHARTIER, 2009). Assim, sabemos que os ideólogos do IHGP buscavam construir versões históricas que privilegiassem a unidade local e legitimassem o discurso identitário, a partir da noção do sentimento de "paraibanidade".

Paraibanidade esta que consoante aos estudos de Margarida Dias, é composto pela bravura, pela pacificidade e a tão enfatizada propensão ao republicanismo, além de muitas outras peculiaridades impostas aos paraibanos.

Os ditos "homens de letras" responsáveis pela iniciante historiografia paraibana, associados ao Instituto, em grande maioria não possuíam a formação de historiador, como bem sabemos, eram em boa parte, médicos, engenheiros e principalmente bacharéis. Faziam parte da elite local.

Apesar de terem produzido uma historiografia um tanto afastada do método historiográfico, pois isto fugia dos objetivos de suas principais profissões, seus trabalhos um tanto "amadores", se tornaram cruciais para o estudo da Paraíba não somente em termos de história, mas sua sociedade, sua economia, sua cultura e sua geografia. A preocupação com a pesquisa e a riqueza dos detalhes na narração dos fatos trazidos muitas vezes com um saudosismo e ufanismo, torna a historiografia do IHGP bem característica.

Como já foi bastante enfatizado, é preciso lembrar a influência do contexto social sobre o autor, uma vez que a escrita da história é produzida de acordo com as relações de poder que permeiam os discursos e seus detentores. Assim, o Instituto Histórico é um lugar onde as falas reproduzem as práticas sociais que se executam e enchem a História da Paraíba de sentidos, e verdades produzidas.

Ainda vale salientar que grande parte das publicações produzidas nos Institutos Históricos eram financiadas pelo poder público, e na maioria das vezes, foram encomendadas por seus membros, para festejarem datas comemorativas e assim enaltecer o estado e seus principais nomes. Eram estratégias para afirmações dos discursos que precisavam ser legitimados, e para isso, divulgados à população.

Podemos concluir assim, que as construções de versões históricas em que os grandes vultos são apresentados como os pilares da história oficial, são criadas neste caso com objetivos direcionados à formação da identidade paraibana. A elaboração de uma noção de identidade é um processo constante de construção, e está atrelada à conjuntura histórica e social de produção da obra.

Assim, os autores paraibanos buscavam argumentos e especificidades para definir e expandir a ideia e o sentido da tão buscada paraibanidade. Um ponto característico na produção destes historiadores paraibanos é que suas obras possuem um enredo romanesco e linear, com destaques em narrativas épicas repletas de discursos que exaltam tanto o território paraibano, como seu contingente.

Outra observação a ser feita a respeito da historiografia paraibana produzida durante o século XIX, pelo IHGP, é que ela possui narrativas que procuram confundir a memória social com a do estado, estilo influenciado pela corrente positivista, que estava em evidência naquele período. Tais trabalhos se enquadram no que podemos chamar de discurso fundador, que mantém o foco em nomes, datas e criação de mitos.

Contudo, vale destacar que da mesma forma que a historiografia busca produzir memórias em prol da construção de identidades, a mesma também produz esquecimentos. Muitos temas importantes para a História deixam de ser abordados ou aprofundados. Construir memórias é um trabalho também de esquecimentos impostos.

CAPÍTULO 2

LITORAL X SERTÃO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE DOIS BRASIS

Entre o marinho e o sertanista são transparentes as afinidades. Resultam das muitas que aparentam com o sertão oceano. [...] Diante do oceano, como diante do sertão, é o mesmo assombro, é a mesma impressão de infinito e de eternidade, é a mesma vertigem.¹²

ALCÂNTARA MACHADO

A passagem do século XIX para o século XX representa um momento privilegiado para o estudo do imaginário¹³ sobre a população brasileira, por ser um período em que surgiram variadas tentativas de interpretação globalizadoras da cultura e história do nosso país, de modo a elevar de forma mais notória a questão da identidade. Uma identidade de nação. A identidade do povo brasileiro.

Neste período de tempo, o conhecimento, a ocupação, a modernização e o povoamento do interior do Brasil fizeram parte de um projeto sistemático do regime republicano e se tornou tema privilegiado dos debates intelectuais a respeito da nação. Neles, as entradas ao interior, a proteção das fronteiras, a exploração das riquezas nacionais e a melhoria das condições de vida das populações do interior foram destacadas, e ações essenciais para a manutenção do território brasileiro e fortalecimento do sentimento nacional foram sempre colocadas em questão.

Os intelectuais brasileiros do final do século XIX e as primeiras décadas do XX, acreditavam que juntar o litoral ao interior do país através do desenvolvimento das comunicações e da modernização significava também viabilizar o conhecimento da essência do nacional. Sendo assim, interpretar ou traduzir o Brasil aos brasileiros tomando como eixo norteador não só o litoral mas também o interior do país era a missão que muitos intelectuais brasileiros dessa geração atribuíram a si, ao mesmo tempo em que se posicionavam como guias para o Brasil nos rumos do progresso e modernidade

¹²MACHADO, José de Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Editora: Itatiaia, p232. 1980.

¹³ Le Goff precisa o conceito de imaginário como parte do campo da representação que, no entanto, vai além dele. O autor procura mostrar as fronteiras, ainda que difíceis de traçar, entre o imaginário e conceitos parecidos, como o simbólico e o ideológico.

Muitos destes nortes condutores referentes às análises sobre a identidade do Brasil se pautaram em uma concepção evolucionista da história, vendo o progresso como uma idéia central, num país visto como “atrasado” em relação a um existente mundo considerado “civilizado” (NAXARA, 1998). As décadas que marcaram a transição desses séculos inauguraram um novo olhar sobre a sociedade brasileira.

Este olhar que pretendeu desvendar, entender e formular teorias a respeito do Brasil e o que viria a ser o “espírito brasileiro”. Este novo olhar contribuiu para trazer de volta o nacional para o circuito de debates sociológicos, historiográficos, literários, geográficos e antropológicos. Identidade, nacionalidade e civilização tornaram conceitos chaves e definidores para a busca do que seria o Brasil, e suas necessidades de ser nação.

Nesse processo de se debruçar e analisar a sociedade e cultura brasileiras, foram postas algumas dicotomias no campo conceitual e explicativo como forma de definição e interpretação do Brasil. Conceitos esses, importantes para o estudo e o entendimento daquele período. A dicotomia civilização/barbárie vista como base para a apreensão da distinção entre os povos levou à identificação de mais um par opositor, a dicotomia progresso/atraso, que a partir dela levou às reflexões sobre uma terceira oposição, elite/povo (IDEM, 1998).

Desta forma, o povo brasileiro visto pelo olhar das elites do país, aproximava-se do que era considerado atrasado e bárbaro, enquanto que o que se buscava para a nação era o progresso e a civilidade. Tal discussão acabou levando a uma interpretação do Brasil pela falta do que se esperava, por um dever ser. Essas interpretações e inquietações surgiram de forma sistematizada no pensamento brasileiro da virada do século. Em muitas das interpretações a respeito do espaço sertão se preocuparam demasiadamente no que faltava, obscurendo assim as infinitas qualidades existentes.

Dentro desses conceitos dicotômicos, os discursos sobre a regionalização também estão intimamente ligados às tramas e tessituras do poder. Mesmo se caracterizando espacialmente como território, a região recebe outras dimensões que vão além do espaço geográfico. A região congrega um espaço histórico que é palco

de discursos e visibilidades que são responsáveis pela criação e recriação de realidades (LOPES, 2011).¹⁴

Assim, poucas categorias têm importância e tanta representatividade para designar uma ou mais regiões quanto as categorias “sertão” e “litoral”. Desde o início da colonização tais categorias vêm sendo tratadas de forma opostas e ao mesmo tempo, complementares, uma vez que, a definição de uma depende do olhar que é estabelecido pela outra. Ou seja, seu reverso. Temos assim, em boa parte da historiografia que aborda tais termos, definições dicotômicas. O sertão tratado como o além da civilização e o litoral, como o exemplo da civilidade.

Segundo Naxara (1998), a tônica da interpretação da história do Brasil se faz por esta dicotomia citada acima, opondo civilização e progresso. Elite e povo. Esta questão se colocava na busca dos fatores que ocasionavam o atraso brasileiro e pela procura de possibilidades que levassem à soluções para atingir o progresso esperado. Uma preocupação de não só conhecer e identificar as inúmeras diferenças entre essas duas regiões, mas sim, igualá-las.

Nesta dicotomia apresentada, os espaços do sertão e do litoral se mantinham em contrastes, representados pelas definições antagônicas já conhecidas. Assim, nos discursos existentes sobre tal temática, vemos a existência de interpretações cristalizadas e estereotipadas desses dois espaços definidores do Brasil. Na literatura, a interpretação acerca desses dois pólos, o litoral, como uma estreita faixa de terra onde estavam localizados os centros urbanos, e o sertão, ou o imenso e desconhecido interior do Brasil, cercou-se de ambivalências.

Como mostra Márcia Capelari Naxara (2004), estas dicotomias são bem marcantes nos discursos intelectuais focados na nação, em romances e relatos de viajantes do século XIX, os dualismos como “urbano/rural” “litoral/interior” e “cidade/campo”, tiveram interpretações em grande parte associadas ao par “civilização e barbárie” (Idem, 2004).

Já nos primeiros anos da República, o espaço da cidade, o litoral e cenário urbano foram identificados ora como redutos de civilização, ora como símbolos de inautenticidade, na medida em que buscavam espelhar costumes importados da Europa. Por outro lado, o campo, o interior e as regiões rurais predominantes no país,

¹⁴Vide BARROS, LOPES. **Estudos e identidade: entre saberes e práticas**. Cap. 2. HAESBEAT, Rogério. O espaço importa. Editora Garmond, 2011.

os ditos sertões, foram caracterizados como domínios da natureza e da barbárie, ao mesmo tempo em que eram vistos como locus da nacionalidade brasileira, pois ainda estavam estranhos à influência estrangeira.

2.1. A representação identitária do sertão e do sertanejo na ótica nacional

Para boa parte dos denominados intérpretes do Brasil, o sertão se apresentava como um espaço imenso e vazio que precisava ser conquistado e integrado às demais regiões. Esse pedaço do país, por muito tempo foi fruto de preocupações e interesses intelectuais e políticos, pois trouxe consigo o dilema da formação do território nação, com as delimitações territoriais proporcionadas pelas bandeiras, além da representação de brasilidade que se dá a partir deste processo. “Quando a bandeira penetra o sertão, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (RICARDO, 1940).

A origem da expressão “sertão” é bastante discutida. Alguns estudiosos afirmam ser derivada de um vocábulo de origem angolana: “muceltão”, que quer dizer “lugar interior”, “terra entre terras”, “local distante do mar”. O vocábulo angolano teria sido alterado para “celtão” e depois “certão” até adquirir a forma atual “sertão”. Outra versão, mais utilizada, atribui a palavra “sertão” à palavra latina “desertanu”, utilizado para designar regiões interioranas, longe do litoral, porém não necessariamente de clima árido e que teria sido modificado para “desertão” e depois, apenas “sertão”. Esta é a definição semelhante é posta por Janaína Amado:

De forma simplificada, pode-se afirmar, portanto, que às vésperas da independência, “sertão” ou “certão”, usada tanto no singular quanto no plural, constituída no Brasil noção difundida, carregada de significados. De modo geral, denotava “terras sem fé, lei ou rei”. Áreas extensas e afastadas do litoral. (AMADO, 1995, p148)

Em Portugal, esta expressão era usada para designar os limites geográficos internos do país, os que se distanciavam da capital Lisboa. Até o final do século XVIII, foi muito usada pela coroa portuguesa nas colônias para nomear o outro, o distante, e deste modo, foi incorporada aos discursos dos colonizadores (e, por conseguinte, dos colonizados) que partiram da Europa.

Seja qual for sua origem, a verdade é que a palavra “sertão” pode adquirir significados bastante distintos, porém é sempre empregada para designar locais

pouco habitados ou onde predominam costumes antigos em contraposição às regiões consideradas mais desenvolvidas. Podemos afirmar então, que foi com este mesmo sentido que o vocábulo chegou ao Brasil, no período do descobrimento.

No período colonial brasileiro, “sertão” era frequentemente empregado para designar as terras ainda não exploradas do interior do país, pouco habitadas, de difícil acesso. Constatamos assim, que é logo no período de formação e habitação do espaço brasileiro, que se inicia a dicotomia discursiva referente aos espaços Litoral/sertão. A partir desse pressuposto, podemos afirmar que as regiões pouco povoadas e desconhecidas, que pertenciam ao território nacional, se configuravam no pensamento social do século XIX como imensos sertões.

De qualquer forma, a palavra “sertão” está intimamente relacionada com a história e identidade social e cultural, principalmente das regiões Nordeste do Brasil e de Minas Gerais. Isso se deve, em grande parte, aos trabalhos de escritores como Guimarães Rosa com sua obra mais conhecida, *Grande Sertão veredas*. Euclides da Cunha com *Os Sertões*, Graciliano Ramos em *Vidas Secas*, dentre outros que vão além da literatura, que tiveram no sertão nordestino e mineiro o espaço e o cenário ideais para suas pesquisas e literaturas, contribuindo para criar no imaginário popular um conceito um tanto quanto romantizado e crítico da vida e do homem do sertão.

Assim, a antropóloga brasileira Candice Vidal e Souza, em seu livro *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro* (2015) elaborou uma análise dos discursos presentes na historiografia e literatura brasileiras dos séculos XIX e XX, e segundo ela, muitas obras descrevem o Brasil como sendo verdadeiramente uma dicotomia entre o sertão e o litoral.

Dentre os autores analisados pela autora estão Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodré. Nos discursos destes autores brasileiros avaliados pela antropóloga, se percebe, segundo a mesma, uma necessidade imensa de superação da distância social que ocorre entre o “positivo”, representado pelo litoral, e o “negativo”, representado pelo sertão:

Ao contar sobre a gênese e a permanência da Nação, esses textos constroem representações do espaço como sendo partição entre lugares chamados de sertão e litoral. A descrição que pretende informar conteúdo fisiográfico e

humano de cada uma das regiões distingue e qualifica o que há dentro do Brasil. Segue-se à enumeração dos componentes nacionais a opinião sobre a contribuição positiva e/ou negativa das coisas e dos modos de viver sertanejos e litorâneos para a construção de uma nacionalidade completa em civilização e segura em autenticidade (SOUZA, 1999,p. 17).

No imaginário espacial presente nestes discursos, o litoral se configura como a parte geográfica responsável pela civilização e o progresso do país, enquanto o sertão é visto como deserto, bárbaro e selvagem. Ou até mesmo, região não pertencente à nação, tal como foi descrito por Euclides da Cunha, certamente em momento de estranheza e denúncia no deparo com tamanha peculiaridade e descaso social com aquele contingente. Um Brasil distante do qual ele já conhecia:

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam essa transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo do nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadiam-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria (CUNHA,2009, p. 514-515).

No último século, o Brasil se deparou com intensas discussões que abordaram a questão da busca pelo progresso e “civilização” da nação, baseados na ideologia capitalista que norteou o início de nossa república. O discurso progressista deste período visava, para a obtenção de tal progresso, a integração social de todos os brasileiros além de uma homogeneização da cultura nacional.

No entanto, em meio às inúmeras diferenças existentes entre as regiões do país e além de tudo, a diferença social, cultural e econômica em que se encontravam seus contingentes, a ideia de progresso e de construção nacional se mostrava sempre inconclusa. A respeito disso, a autora afirma que esses intelectuais conhecidos por desprezarem o Brasil, disseminam ideias que procuram tirar o país desta situação, procurando soluções que resolvessem tal dilema:

A seqüência do discurso é programática, repleta de mensagens que orientam sobre inclusões e exclusões de elementos existentes no sertão e no litoral, na constituição da nação desejada. Acha possível, então, a neutralização das características desagradáveis de um e outro e a incorporação do que de bom existe em ambos para fazer do Brasil grande um grande Brasil (SOUZA, 2015, p. 17).

A partir desta ideia, percebemos claramente que além do interesse de criar um Brasil único, os escritores da nação constroem um discurso, que em geral dita as regras de conduta e comportamento. Segundo Candice Vidal e Souza “as narrativas fundadoras da nação acompanham a intenção mítica de não apenas descrever uma sequência de eventos e personagens, mas também de afirmar valores e orientações para sua audiência” (op.cit).

Com base na análise da autora, o conceito de sertão vai sendo construído a partir do conceito de litoral, evidenciando assim a questão da alteridade. “Os sujeitos que se imaginam centrais só o são porque veem outros como marginais ou periféricos” (Sousa, 2015, p. 19). Em muitas das narrativas analisadas, a construção da imagem do outro a partir de si, se configura neste caso como elemento de preconceito, de discriminação e não aceitação das singularidades do outro, pois nestes relatos de representação, o sertão e seu contingente aparecem como o bárbaro e incivilizado que necessita ser educado pelo cidadão litorâneo.

Candice Vidal e Souza, ainda afirma que boa parte dos autores estudados colocava a culpa do atraso social da nação brasileira sobre a existência do espaço sertanejo, reforçando assim o estereótipo do sertão como atrasado, necessitado do progresso e da civilidade:

Se focaliza a fala preocupada e intranquila que vê no sertão a raiz dos problemas nacionais e defende que o desequilíbrio entre os mundos do sertão e do litoral não é herança da qual não se desfaça. A solução para recuperar a nacionalidade cindida é retornar ao sertão levando o ímpeto civilizatório capaz de neutralizar suas características indesejáveis – o atraso e o vazio – e de lá ressurgir espalhando a brasilidade mais autêntica e resguardada pelo afastamento da costa (SOUZA, 1999, p. 32).

Desta forma, havia o interesse em elevar o sertão às condições favoráveis que outras regiões do país alcançaram. Principalmente as regiões litorâneas, uma vez que o estereótipo de barbárie já havia se fixado sobre este espaço, através dos inúmeros discursos de quem o descrevia.

Tomando mais uma vez o exemplo do discurso do escritor Euclides da Cunha em “Os Sertões”, podemos observar que este é utilizado como uma “retórica da alteridade” (MONTEIRO, 2016) onde ele descreve o sertão e o sertanejo através do olhar litorâneo, região consideravelmente composta por grupos elitizados e letrados.

Euclides descreve o sertão como um espaço que lhe causa muito estranhamento, um vazio, uma lacuna ou um espaço em branco, que deve ser preenchido.

Vale salientar que seu discurso em primeiro momento pode causar certo espanto, mas suas discussões puderam ser interpretadas como uma espécie de denúncia que Euclides de forma intencional ou não, fazia naquele momento. Mostrando para todo o país o Brasil que não era assistido pelas autoridades. O Brasil que se buscava esconder. Em sua obra, o Brasil sertão é evidenciado.

A insensibilidade e a indiferença do povo brasileiro por sua própria nação gerariam a ignorância e o desconhecimento do sertão e dos sertanejos. Para este autor, a verdadeira identidade nacional era perdida enquanto houvesse essa fronteira social entre as duas regiões (CARVALHO, 2011).

Outro escritor brasileiro que narrou sua interpretação do sertão foi Monteiro Lobato, que, semelhantemente a Euclides da Cunha, seu gênero narrativo se englobou ao período pré-modernista, movimento literário que se propagou no início do século XX. Lobato trouxe mais uma interpretação peculiar à figura do sertanejo, imaginada a partir da criação da personagem Jeca Tatu. Essa personagem, segundo Carvalho (2011), era a representação estereotipada do modo como os intelectuais e membros da elite nacional descreviam o homem do campo, pobre, cabisbaixo e sem expectativas de vida.

O famoso poeta e escritor parnasiano Olavo Bilac em *Ultimas Conferências e Discursos*, também se propôs em descrever o sertão e os sertanejos, de forma crítica, tomou partido e elaborou um discurso bastante denunciador do trato negativo atribuído ao povo sertanejo, e sua subjugação ao governo. O autor mostra a vulnerabilidade de tal contingente, descreve como esses são vistos como uma espécie não humana e irracional, decorrente das miseráveis formas de vida que se encontravam esses sertanejos:

Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores. A maior extensão do território está povoada de analfabetos; a instrução primária, entregue ao poder dos governos locais, é, muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanário, um dos instrumentos de maroteira política (BILAC, 1924, p. 118-119).

Para Carvalho (2011), este discurso de Olavo Bilac pretendia atingir os líderes do governo, que tratavam a população sertaneja com o maior descaso. Em um período

da história do Brasil onde este contingente não era alvo das preocupações das autoridades. As cidades e os povos litorâneos recebiam mais recursos e possibilidades para um melhor desenvolvimento social. Desta forma ficaria mais difícil de conseguir o progresso esperado nas regiões mais afastadas.

Dentre as inúmeras interpretações e atribuições que existem sobre o espaço sertão e a figura do sertanejo, na historiografia ou literaturas produzidas ao longo dos dois últimos séculos, é importantíssimo destacar também, dentre elas, as que vão de contraponto às já citadas neste capítulo até o momento, trazendo discursos positivos sobre tal povo e tal lugar. Mostrando a contribuição da sociedade que se formara no espaço sertanejo para todo o país. Sem a ênfase nas necessidades, mas sim no que há de bom.

Uma percepção do sertão organizada de forma peculiar se atribui a um dos mais renomados intérpretes do Brasil, o cearense Capistrano de Abreu, que em sua obra *Capítulos da História Colonial* (1907), trouxe um característico discurso sobre os sertanejos e a importância destes para a construção do que ele estabelece como verdadeira identidade nacional. Dos que são considerados como primeiros brasileiros. Capistrano define com a riqueza de detalhes a formação de sociedades sertanejas decorrentes das primeiras entradas no interior do Brasil, até a formação do que o mesmo define como “civilização do couro”, modo de vida e de produção característico do sertão.

Segundo José Carlos Reis, Capistrano acreditava que, ao adentrarem no interior do país, afastando-se de todas as influências europeias e até mesmo africana, culturas que se propagavam majoritariamente no Litoral, os colonizadores representados pelos bandeirantes, iniciaram a formação de um novo povo. Tal povo se tornara verdadeiramente “o povo brasileiro” (REIS, p 8, 1998).

O que não estava em Varnhagen e marca a originalidade de Capistrano é a sua percepção do surgimento do novo povo e a sua adesão ao seu sentimento e interesse, ao seu projeto político. Tal percepção foi possível porque desde as primeiras páginas do livro, seu olhar já estava em outra posição e direção. As elites saem da história e entra o povo brasileiro, conquistando o sertão, vivendo longe do Rei. O sertanejo é aquele que vive distante do Rei: autônomo, soberano, orgulhoso (REIS, p.13 1998).

Já Oliveira Viana, por exemplo, em *Populações meridionais do Brasil* (1920), se propôs em resumir o Brasil em tipos sociais de base rural. O autor procura dissolver a dualidade rural-urbano ao determinar a importância da ruralidade sobre a sociedade

brasileira. Para Viana, “os tipos urbanos não passam de reflexos ou variantes do meio rural a que pertencem: variantes do sertanejo, variantes do gaúcho, variantes do matuto”. O autor ainda continua pontuando positivamente a penetração das bandeiras ao interior do país e, segundo Candice Vidal:

O Brasil aconteceu no campo, no domínio rural desenrolam-se os eventos fundadores do povo brasileiro. Retrocedendo ao período colonial, pontua em sequência evolutiva as fases de ocupação e transformação da região além Litoral. A instalação de latifúndios que acompanha as entradas bandeirantes é o “capítulo heróico” da expansão do domínio rural (SOUZA, 2015, p.65).

Deste modo, o projeto de colonização do sertão através das bandeiras acabou por se tornar um processo determinante não para o aspecto territorial do Brasil, mas também, segundos estes autores, foi fator determinante para a construção identitária brasileira, uma vez que, as bandeiras também representaram ações de brasileiros que projetavam um Brasil, e não só mais de europeus que exploravam uma colônia.

Observando todas essas interpretações sobre os sertões e seus povos, construídas ao longo da história do nosso país, tanto no campo historiográfico como na literatura, podemos concluir que, em maioria, salvas algumas exceções, as opiniões formadas a respeito desses povos, mostram, verdadeiramente, vestígios de ignorância e pré-conceitos formados a partir da soberania de um estilo de vida e sociedade que se formou no litoral do Brasil logo no início de sua formação como nação, e se propagou por séculos através da prática do descaso para com a tamanha peculiaridade do povo e da sociedade sertaneja, e também através dos discursos que foram produzidos ao longo do tempo sobre eles.

2.2. Sertão e Litoral: Tupí e Tapuia e a origem desta dicotomia na Paraíba

Como já foi discutida no tópico anterior, a relevância da abordagem deste ponto situa-se numa discussão tão antiga quanto pertinente sobre a visão do sertão e do sertanejo. Isto não ocorre apenas na historiografia brasileira posta anteriormente, como no pensamento sócio cultural brasileiro, mas também vemos seu reflexo na Historiografia Paraibana, que será analisada neste tópico.

Salvo algumas investidas de repercussão reflexiva como o estudo realizado pela antropóloga Candice Vidal, e a socióloga Nísia Trindade, a maioria dos intelectuais ainda tem construído as suas análises de representações sócio-culturais

interioranas sob a ótica dos processos teóricos de uma matriz dualista como já vimos anteriormente. Ou seja, o sertão, como o interior, deveria ser integrado aos projetos de modernização e civilização atribuídas ao litoral.

Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação. A idéia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e as orâneas. (LIMA, 1998, p17)

Falar da abordagem historiográfica sobre as diferenças entre os povos do sertão e do litoral na Paraíba implica a elaboração de um estudo que vai à análise sobre os primeiros povos étnicos paraibanos. Os povos indígenas. Ou como são chamados na atualidade, os “povos originais”. Segundo os estudos de Stuart Schwartz (1988), As denominações tupis e tapuias partiram das percepções construídas pelos colonizadores portugueses. Onde os tupis formaram um grupo indígena que entrou em contato com os europeus logo no início da colonização.

Assim estes grupos foram chamados de tupi-guarani por serem da família linguística. Estavam espalhados pelo litoral brasileiro e eram os mais numerosos. Desta forma, todos os outros povos que não falavam o tupi foram denominados tapuias. A imagem desses povos é duplamente distorcida, pois as informações sobre eles chegaram através de duas visões culturais: dos portugueses e dos seus cobaias, os tupinambás, por isso o que se sabe sobre seus costumes é um tanto vago.

Os tapuias pertenciam a vários grupos culturais e lingüísticos, alguns grupos eram os jês, os caraíbas e os cariris. A maioria dos tapuias habitava o interior, por isso tiveram menor contato com os portugueses nos primeiros anos da colonização.

Desde os primeiros contatos entre os portugueses e os povos indígenas, os grupos étnicos conhecidos como Tapuia, foram vistos como uma unidade histórica e cultural, em contraste tanto ao mundo cristão europeu, quanto aos povos designados de Tupí, que se situavam mais ao litoral. A tentativa de representar os povos ditos Tapuia esteve sempre conectada á compreensão de sertão. De modo como já foi abordada em tópicos anteriores, esta região além do litoral, designada como desconhecida, inóspita para o imaginário colonial.

Era um lugar tido como mítico não só para os colonizadores portugueses e outros europeus, mas também para os povos Tupí que representavam, depreciativamente, os grupos étnicos que lá viviam, como eram apontados os diferentes grupos que formavam os tapuias, como os jês, os caraíbas e os cariris

Nas diversas fontes históricas do período colonial, especialmente as que tratam das capitanias do Norte, como o estudo de Elias Herckman e Joannes de Laet, que descrevem sobre os povos indígenas, o espaço sertão era sempre caracterizado como o lugar da personificação de forças perigosas, não cristão e por este motivo lugares de práticas diabólicas.

Isto explica alguns dos motivos pelos quais os colonizadores passaram a acreditar e usar como justificativa que cumpriam uma missão de dominar a natureza inóspita dos sertões, em benefício da única humanidade que realmente reconheciam. Lutavam por seus iguais nas suas ordens ou desordem simbólicas excluindo todos os grupos étnicos diferentes e, portanto, não Tupí (APOLINÁRIO, 2006).

Esta reação do confronto com a chegada cultura europeia foi, como vimos, diferente entre os tupi e tapuias, revelando a heterogeneidade desses sujeitos. Criou-se desde a colonização uma dicotomia tupi-tapuia, litoral-sertão, que por muito tempo se firmou como uma divisão étnica e cultural. Esses discursos romantizavam o índio tupi e rejeitava o tapuia, caracterizou dois povos e dois espaços que perpassaram a história e a escrita da história. Constituindo assim duas identidades opostas, porém complementares que formam juntas a composição do que é a Paraíba.

Na busca incessante pela civilização de modelo europeu em contra partida ao que se considerava a barbárie posta pelos indígenas, a Paraíba, “tanto no Litoral como no Sertão foi terreno onde a raça indígena se submeteu inteiramente e sem maiores obstáculos, conduzindo a capitania na senda do progresso” (JOFFILY, 1977). Assim, tudo que ocorreu depois dos acontecimentos que favoreceram a criação da povoação de Nossa Senhora das Neves em 1585, e na conquista dos sertões, já no século 17, foi atribuído ao portugueses.

NOTAS PARA O CAPÍTULO 3

O PROJETO HISTORIOGRÁFICO DE CELSO MARIZ

Ao realizarmos uma análise historiográfica na obra desse autor paraibano, colocando-a em seu contexto temporal e social conforme os ditames de Certeau, observamos a tentativa e o empenho deste intelectual em delinear a História da Paraíba, para assim retirá-la do seu estágio das resumidas crônicas, objetivo influenciado por sua participação no projeto de busca da identidade paraibana realizado pelo IHGP, instituição a qual Mariz atuou como presidente durante os anos de 1944 a 1946.

Ao analisarmos seus discursos, notamos que este autor, consoante aos seus pares, buscou dotar a História da Paraíba de mitos, símbolos, heróis e outros meios que pudessem caracterizar a almejada paraibanidade. Mas o que de mais importante podemos destacar nesta pesquisa é que Celso Marques Mariz constrói em sua obra uma identidade paraibana diferente da estipulada pelo Instituto Histórico e Geográfico paraibano.

De acordo com os estudos de Margarida Dias sobre o IHGP, essa instituição buscou e demarcou na história alguns pontos específicos que serviram de composição para o *ethos* paraibano. A fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves no dia 5 de Agosto do ano de 1585, logo no início da colonização da capitania da Paraíba serviu de aparato para o discurso de que a capitania não foi colonizada de forma desorganizada, mas que se deu a partir de uma esquematização projetada. De uma civilidade que já emergia naquele povo desde os primórdios.

Mais um aspecto trazido pelo IHGP foi a atribuição da pacificidade a este *ethos*, retirado do acordo estabelecido entre os indígenas locais e os colonizadores, atitude que possibilitou a colonização. “O contato das mãos do carão lusitano com o silvícola tupi foi a nupcia festiva e promissora da terra paraybana com a vida moral e a civilização cristã” (RIHGP, 1909). “A civilização desta terra não deveria ser comprada a custo do sangue” (IDEM, 1909). Assim nasce o discurso de que a Paraíba nasce da paz.

Outro aspecto bastante emblemático trazido pelo instituto foi a bravura, que faz menção às lutas travadas contra a presença dos holandeses na Paraíba. Neste aspecto, é evidenciada pelo Instituto Histórico a figura de Vidal de Negreiros,

resgatado como tipo ideal de coragem imorredoura, deixada na memória do estado como personagem emblemática na luta contra os batavos. Ainda é posto, no discurso do IHGP que o direcionamento da capitania para o republicanismo se deu desde seus primórdios, e isto também foi colocado como feito diferenciador do paraibano. Devido a participação na Revolução de 1817 e outros movimentos que visaram a decadência do império.

De acordo com os ideais do IHGP, Republicanismo e patriotismo interligavam os meios do que definiria a identidade paraibana, que formada sob a orientação de uma história local obediente ao princípio da unidade nacional, buscava encontrar em determinados acontecimentos históricos os vestígios de sua participação e colaboração na formação geral do Brasil. Nesses elementos citados, tidos como componentes do “espírito paraibano”, vemos claramente o intuito da composição de uma identidade paraibana e a busca significativa de se vê distanciada historicamente de Pernambuco.

Agora se tratando da identidade paraibana estabelecida por Mariz, no que se diz respeito ao “espírito do paraibano sertanejo” este fez do paraibano do sertão um ser diferenciado. Diferente do projeto posto pelo IHGP, Celso Mariz vai para o interior. Atribui outros feitos como a capacidade de adaptação ao habitat, o clima, a alimentação diferenciada da do litoral, a composição étnica posta como superior, exalta o lugar, os costumes, o modo de executar a religião e a política nos sertões paraibanos. Todos esses aspectos são postos poeticamente em cada parágrafo de *Através do sertão*, principal obra analisada nesta pesquisa. A paraibanidade em Mariz não só destoa do projeto original do IHGP, mas também o complementa. Pois adentra mais a fundo na história do estado.

Mariz não escreveu uma “História da Paraíba” definitiva e completa, uma vez que, o passado só pode ser apreendido através de versões. No entanto, ele ajudou o processo de formulação do conhecimento histórico sobre a Paraíba, na medida em que escreveu obras que sintetizaram notícias históricas de municípios tanto do litoral como do sertão, fez também pequenas biografias e textos voltados mais para a política e a economia da Paraíba. Assim, apesar de suas versões históricas serem constituídas de um olhar elitista da sociedade e da História, comprometidas sempre com o poder, deixando de lado alguns importantes movimentos populares, sua

historiografia é uma das principais referências quando se trata da escrita da História Local.

1. Paraibano e sertanejo: Celso Mariz e sua trajetória singular

Celso Marques Mariz, grande representante da Historiografia Paraibana, nasceu no município de Sousa, sertão paraibano em 17 de dezembro de 1885. Foram seus pais o Dr. Manuel Marques Mariz e D. Adelina de Aragão Mariz, sendo seu pai bacharel em direito pela Faculdade do Recife, falecendo precocemente em 16 de março de 1888, quando Mariz ainda era criança. Seu padrinho, o Dr. Félix Joaquim Daltro Cavalcanti, natural de Cabaceiras, bacharel Pela Faculdade de Direito do Recife, que morava numa fazenda no então distrito de Catingueira, integrante do extenso Piancó, onde exercia o cargo de Juiz municipal, acabou sendo figura importantíssima na vida de Celso Mariz.

A região da Catingueira foi, porém, cenário dos primeiros anos da vida de Celso. Mas ele não demorou muito por lá, pois seu padrinho, Félix Daltro, foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Taperoá, que havia sido criada pelo primeiro governador da Paraíba do período republicano, o Dr. Venâncio Neiva. Félix levou o afilhado e filho de criação para Taperoá, e foi ali que o menino se fez estudante matriculado na escola do velho professor Minervino Cavalcanti.

Quando Celso já estava com dezessete anos, o padrinho o levou para o Seminário, na Capital do Estado, onde ficou anos como aluno ouvinte. Após algum tempo de freqüência e aprendizagem na casa de ensino religioso, iniciou em 1904 no jornalismo, e logo em seguida, voltou para Taperoá onde lá exerceu o cargo de conselheiro municipal (vereador dos tempos de hoje). Celso sempre buscou sua erudição. Lia tudo, desde jornais que chegava pelo correio, com atraso de semanas, a livros do padrinho e de quem os tivesse para dar-lhe ou emprestar-lhe.

No começo do século XX, a Amazônia deslumbrava e atraía os nordestinos. O fervoroso ciclo da borracha enriquecia alguns, e as cidades, especialmente as capitais, Manaus e Belém, experimentavam o esplendor da riqueza. Lá, surgiam cada vez mais jornais e revistas, tornando assim um ambiente propício às atividades culturais. Um irmão de Celso, Romeu Mariz, jornalista e poeta estava em Belém, em fainas da boa imprensa que ali se praticava e também participando da política como deputado estadual.

Da mesma forma, Celso Mariz deslocou-se para Manaus. Eram muitos paraibanos que se destacavam no Norte, notadamente em Belém, como advogados, magistrados, poetas e jornalistas. Mas Celso acabou retornando à terra natal em 1907, aos 22 anos. Andou pelo sertão, atuou como professor público em Catolé do Rocha, onde casou com D. Santina Henriques de Sá. Nomeado Inspetor Regional de Ensino, percorrendo todo o estado da Paraíba, sempre a cavalo. Nessas viagens, conheceu cidades, vilas, povoados e fazendas. Graças ao penoso e constante trabalho de inspeção de escolas, colheu material suficiente para escrever seu primeiro livro, que intitulou de “Através do Sertão”, editado em 1910.

Voltou a Taperoá, onde se fez conselheiro municipal, sob a inspiração e cobertura do seu padrinho. Em 1914, Celso e D. Santina fixaram-se em definitivo na cidade da Paraíba. Logo foi nomeado diretor da Secretaria da Assembléia Legislativa, cargo que exerceu até 1930, quando se deu a dissolução do Poder Legislativo. Em 1915, fundou o jornal A NOTÍCIA, órgão que expressava as idéias dos chamados “jovens turcos”, grupo de jornalistas políticos, alguns já bem iniciados nas batalhas partidárias, filiados à orientação do grande Epitácio Pessoa.

Celso, porém, foi deputado na décima legislatura, de 1924 a 1927, quando a Paraíba era governada por João Suassuna. O governo seguinte foi o de João Pessoa, que o nomeou diretor de do jornal A UNIÃO. Ficou por pouco tempo no antigo jornal, pois voltou à Assembléia, retomando a direção da Secretaria do legislativo. No final da década de 30, foi nomeado Inspetor Federal junto ao Liceu Paraibano.

Competente, dono de invejável capacidade de redação e de bom tirocínio administrativo, foi convocado pelo governador Argemiro de Figueiredo para ocupar os cargos de Secretário do governo e também da agricultura, comércio, viação e obra públicas, a pasta mais importante do Estado. Também ocupou a diretoria do departamento de educação. Encerrou suas atividades no serviço público em 1950, como secretário do governo na gestão do governador José Targino da Costa.

Mariz escreveu e editou *Através do Sertão*, em 1910, contando o que viu nos trajetos de sua peregrinação como inspetor de ensino na Paraíba. Surgia o escritor com vocação para a sociologia e a história, descrevendo as localidades, seu passado e presente, figuras marcantes de sua progressão econômica e social. E foi, porém, o escolhido para a análise historiográfica deste trabalho.

O livro seguinte, *Apanhados históricos da Paraíba*, editado em 1922, é um clássico, contendo o quadro histórico e geográfico do Estado, sua fundação, seu território, a guerra anti-holandesa, os acontecimentos merecedores de registro no século XVIII, a atuação da Igreja, o governo colonial, as revoluções, o império e o monarquismo, a política daqueles tempos, os governos e os legisladores, até à República.

Em 1939, este autor lança *Evolução Econômica da Paraíba*, primoroso estudo sobre a colonização e civilização agrária deste estado, desde os primórdios, começado pelas primeiras culturas praticadas, os engenhos nascentes e moentes, a penetração dos colonizadores no Brejo, Cariri e Sertão, a escravidão, o surgimento e o vigor do algodão, as crises, o advento de novas lavouras e das indústrias, a abertura de caminhos, estradas de rodagem e de ferro, o porto, a mudança das estruturas rudimentares de trabalho e produção, as conquistas tecnológicas e fatores internos e externos que as influenciaram, as secas e seus efeitos catastróficos, as obras de combate aos estios prolongados, as realizações administrativas e os esforços para a geração de rendas públicas e privadas, o desenvolvimento urbano, notadamente o da Capital, tudo ilustrado com dados estatísticos.

Os livros que se seguem, escritos pelo nosso autor, foram *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste* (1942) onde este elabora um longo relato sobre o trabalho do Padre em todo Nordeste. Produz também *Carlos Dias Fernandes (1874-1942)*, (1943), onde faz uma biografia sobre a vida desse irrequieto, polêmico, boêmio jornalista, grande agitador político/cultural e poeta paraibano nascido na cidade de Mamanguape. Na obra *Cidades e Homens*, 1945, Mariz faz um registro dos fatos e figuras dos municípios mais importantes da Paraíba. Em *Areia e a Rebelião de 1848*, (1946) o autor narra à ação e reação dos areenses na revolução praieira.

Em *Memória da Assembleia Legislativa*, 1948, Resgatou e salvou o que se passou na Assembleia Legislativa da Monarquia a República até 1945. Em *Pilões antes e depois do Termo 1948* foi reconstituindo fatos e personagens que fizeram história naquela localidade. Em *Notícia Histórica de Catolé do Rocha*, 1957, descreveu as raízes da localidade narrando os feitos dos primeiros moradores e seus descendentes no decorrer de muitas décadas. Em *Figuras e Fatos*, 1976, o mesmo faz uma sucessão de cônicas de grande interesse histórico sobre grandes nomes que tiveram destaque e atuaram no cenário da Paraíba de ontem.

Celso Marques Mariz também foi um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras, ocupando a cadeira de número 15, e veio a falecer, após uma trajetória longa e intelectualmente completa, no ano de 1982, na capital do seu estado. Podemos observar quão vasta e importante é a obra de Celso Mariz para a historiografia paraibana.

2. A obra *Através do Sertão* (1910)

Se a lógica estimar verdadeira as proposições citadas e se o leitor não chegar convicção diferente, ser-me-á permitido reconhecer como historiographia , as páginas que constituem este livro. Embora em synthese , aqui está todo viver de um povo, estudado desde os primeiros vagidos de sua formação, acompanhado no seu desenvolvimento, analysado nas suas dores e nas suas alegres, observados nas suas lutas contra o homem e contra a natureza rude em seu começo, feroz na sua ação, e hoje tranquilo e modesto procurando feliz o trabalho e o progresso! Aqui tem o leitor o passado do sertanejo, a sua capacidade actual e o indício de sua civilização (MARIZ, 1910, p 7).

Publicada em 1910, pela imprensa oficial do estado, *Através do Sertão*, segundo críticos, se apresenta com um estilo destacado pela descrição que traz. Esta obra se enquadra no modelo contiano, dotado de características memorialistas que predominaram no século XX. O livro de Celso Mariz tem seu ponto de partida no capítulo *A conquista*, que traz as primeiras bandeiras realizadas no Sertão brasileiro, e o adentramento ao sertão paraibano. No segundo capítulo, intitulado de *O sertanejo*, o autor descreve o que vai chamar de sub-civilização sertaneja, iniciada após a conquista do território paraibano, destacando e enfatizando as peculiaridades presentes no território, no corpo, e na alma do sertanejo.

Mariz traz também, no terceiro capítulo denominado *Instantâneos*, a trajetória de três paraibanos importantes que, para o autor, representam de forma ilustre seu lugar. Celso analisa também, em *Os municípios*, importantes aspectos históricos ocorridos nos diversos municípios do estado, descrevendo suas formações, figuras políticas e principais atividades econômicas que regem cada um deles. Em *As secas*, seu quinto capítulo, o autor se preocupa também em descrever as calamidades e as adaptações sofridas pelos sertanejos nas recorrentes secas que afetam o estado. De forma poética, o autor termina seu livro com o conciso capítulo *A cruz*, demonstrando a importância que a fé proporciona ao povo sertanejo da Paraíba.

Neste livro, podemos notar evidentemente a influência dos escritores Irineu Joffily e Capistrano de Abreu, em especial quando o autor tentou unir a geografia à

história na descrição do território sertanejo. Está presente também a contribuição de Euclides da Cunha, que é freqüentemente citado e apropriado no que diz respeito à teoria das raças e ao determinismo geográfico. A apropriação da teoria Darwinista da seleção natural das espécies também é encontrada nesta singela obra, mostrando a tamanha erudição do autor:

Ambos sentiriam as primeiras extirpações da permuta violenta, operando-se a seleção natural até a vitória definitiva dos mais capazes, dos mais fortes, que dali em diante seguiriam o destino imposto por outras circunstâncias. Em nossa myopia, é isto que nos parece ser adaptação. Neste ponto o sertanejo, expoente do português, do índio do Brasil, do índio do Brasil tropical e do negro da África também tropical, na sua constituição como raça, só exigiu esforço do seu primeiro elemento étnico. (MARIZ, p 41)

De escrita tradicional, ligada aos critérios positivistas, Celso Mariz embasa seu discurso na busca de construir uma identidade própria do paraibano. A principal ênfase do historiador: o paraibano, que possui como maior virtude sua bravura. A partir da sua obra, percebemos o sentimento de paraibanidade que é marca do grupo do IHGP, ao qual este historiador foi membro integrante. Daí a necessidade de entender o “lugar social” (CERTEAU, 2008) desses membros do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, que se consideraram e por hora, foram, os produtores da história paraibana.

Toda a obra de Mariz é de inspiração política nos moldes do Positivismo, grandes nomes, feitos marcantes, datas importantes. Ao longo da sua narrativa observamos uma quase total dedicação aos temas relacionados às elites, e ao político, deixando de lado temáticas como a escravidão, os homens livres pobres, os movimentos populares, entre outros. O IHGP torna-se o lugar de onde fala o autor, assim, Celso Mariz produz uma história adequada aos moldes da instituição que agregava em seu interior membros de uma elite.

Paraibano e sertanejo como foi, descreveu seu lugar e seu povo de modo a exaltá-los. Mesmo demonstrando as situações mais áridas por quais passavam os sertanejos paraibanos, em seu discurso, tal contingente mostrou sempre está driblando tais problemas. Mariz fez questão de forjar e exaltar as qualidades que tinham em seu espaço e em seu povo. Como um intelectual multifacetado, contribuiu muito para a historiografia paraibana, sendo hoje, leitura obrigatória a todos que se dedicam a análise desse estado. Uma Paraíba que em sua visão é recheada de mitos e heróis, símbolos da paraibanidade.

CAPÍTULO 3

O DISCURSO CONSTRUTOR DA SINGULARIDADE DO SERTANEJO PARAIBANO EM “ATRAVÉS DO SERTÃO”

A busca por uma identidade singular para a Paraíba favoreceu a historiografia local, que se voltou à construção de uma narrativa histórica que exaltasse os grandes feitos responsáveis pela criação da capitania da Paraíba. Iniciada a partir da construção da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, fruto do acordo de paz estabelecido entre colonizadores ibéricos e os índios tabajaras, a história da Paraíba foi arquitetada, exclusivamente, ao entorno da cidade e seu desenvolvimento.

Sobre tais fatos, inúmeros intelectuais paraibanos, atrelados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), se propuseram a escrever sobre a história de seu lugar, relatando através de suas interpretações, como se deram as primeiras relações entre os portugueses e os nativos da região, além das principais atividades que por estes foram exercidas na nascente capitania.

Um dos intelectuais que se propôs em descrever a história de seu lugar, promovendo narrativas sobre o sertão paraibano, foi o sousense Celso Marques Mariz, autor que gravou em suas obras a paraibanidade. Ao analisarmos seu trabalho, certificamos que o discurso narrador do nosso autor é dotado de artimanhas que implicam numa peculiaridade imposta sobre o sertão e os sertanejos da Paraíba, enfatizando além da bravura deste povo, outros aspectos que proporcionaram a tão buscada diferenciação destes perante os demais povos de outras micro-regiões do estado, sobretudo, os povos litorâneos. Suas andanças pelas cidades sertanejas, executando as atividades de inspetor escolar lhe proporcionaram um grande arcabouço de informações que foram cruciais para produção de sua primeira obra.

Entender o projeto historiográfico de Celso Mariz é compreender que este autor busca delinear uma paraibanidade diferenciada da projetada inicialmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Se o paraibano do litoral possuía uma identidade diferente dos outros povos do Brasil, como assim buscou enfatizar o Instituto, o paraibano do sertão é para Mariz, um novo paraibano. Enquanto o paraibano litorâneo foi o centro do discurso formador da paraibanidade sendo-lhe atribuídos aspectos como a civilidade, a bravura, a resistência, a pacificidade e o republicanismo, Mariz retira do sertanejo da Paraíba aspectos que vão da natureza

étnica á alimentação. Ele enxerga no clima, na capacidade de adaptação no rígido habitat, no modo peculiar de crer e fazer política, em todo o modo de viver no sertão, aspectos que faz deste povo, um povo único. Outro paraibano.

Tudo isso nos mostra quanto o autor contribuiu com sua historiografia para o processo de construção da identidade paraibana imposta pelo Instituto Histórico da Paraíba, da qual Mariz fazia parte. Mostrando que, além das narrativas sobre os processos colonizadores ocorridos no litoral paraibano, que caracterizaram a dita paraibanidade a partir de marcos e personagens históricos, que deram início à capitania, o adentramento aos sertões e todo seu processo colonizador, e a formação de uma sociedade diferente dos moldes do litoral, também contribuiu para a propagação da singularidade que se pretendia formar para o estado.

Celso Mariz inicia *Através do sertão* narrando como se dá o projeto de colonização do interior paraibano, que, segundo ele, originou primeiramente, a partir de um projeto de colonização nacional que visava desbravar as regiões mais extremas do país, para a apropriação de novos territórios, e certamente, uma maior expansão do poder governamental a partir dos novos povoamentos que foram surgindo com as bandeiras. Assim fala Mariz; “organizada sob os auspícios do governo, ela se encarregou de alargar o círculo de acção deste, estabelecendo a continuidade territorial da capitania como levar mais longe ao Poente os marcos históricos de sua linha divisória. E assim o realizou” (IDEM, p.28).

Segundo este autor, as entradas se iniciaram no Sertão da Paraíba no ano de 1654, após a expulsão dos holandeses. E outro dos principais fatores responsáveis pelo interesse de colonizar o interior, teria sido a necessidade material, uma vez que, os holandeses deixaram um cenário economicamente precário para alguns colonos portugueses.

De acordo com a narrativa de Celso, as primeiras, e principais entradas realizadas no Sertão paraibano foram chefiadas por Theodósio de Oliveira Ledo, figura que é sempre destacada pelos historiadores quando o assunto se trata da colonização do interior paraibano: “Theodósio de Oliveira Ledo é figura que nos aparece mais palpitante e mais viva. A frente do seu batalhão marcou-lhe o rio Parahyba, o caminho até o povoado de Boqueirão município de Cabaceiras” (IDEM, p.23).

Promover uma história singular para o povo paraibano, de modo a forjar uma identidade utilizando-se da historiografia local, implicaria em produzir um discurso exaltador ao se tratar de certos personagens que fizeram parte da história deste lugar. Certamente, essa foi uma das estratégias discursivas utilizadas por Mariz, quando este emprega adjetivos qualitativos a alguns personagens.

Além dos clássicos já bastante utilizados por outros historiadores do IHGP como a Intrepidez, coragem, pacifismo, dentre outros, são recorrentemente encontrados em suas narrativas alguns costumes do modo de ser e viver do sertanejo que favorecem a diferença do sertanejo perante demais paraibanos. Para Dias (1996) estes aspectos anteriormente citados, fazem parte do arcabouço de feitos que compõe a dita “paraibanidade”. Tomemos como exemplo as seguintes citações:

Mas o bravo e legendário sertanejo, ao manso rumor do ParnaHyba e ao mungido das vacas suas melancólicas, cerrou os olhos à fosca luz daquela existência, deixando aos jesuítas o imenso patrimônio de sua colossal fortuna (Mariz, P.25).

Oliveira Ledo, ao internar-se nos sertões paraibanos [...] descendo a Borburema, encontrou no fecundo vale do Piancó e sobre as várzeas extensas do alto-Piranhas e do Rio do Peixe, o músculo másculo do vaqueiro correndo em “russos” fogosos a serviço de uma sociedade activa, próspera, rica, brava e independente (IDEM, p28).

Promover uma identidade para a Paraíba implicaria numa determinação de fenômenos que especificasse o povo deste lugar, mas que além de tudo, buscasse maneiras de exaltar tal povo de modo a engrandecê-lo com suas histórias, seus personagens, e os grandes feitos realizados por estes, a ponto de torná-los únicos. E é com tal objetivo que vemos como Mariz vai construindo seu discurso.

3.1. A exaltação de uma raça: o arianismo do sertanejo paraibano no discurso de Mariz

Durante todo o século XIX, a escravidão negra aqui no Brasil foi uma questão bastante discutida, tratada por alguns como uma instituição atrasada que dificultava o desenvolvimento econômico e social do país, além do mais, ainda era vista como um empecilho à imigração europeia, considerada mais favorável à sociedade que se projetava para a nação. Chegando ao fim o sistema escravista, o problema não era mais a escravidão como instituição antiquada, mas os negros e seus descendentes,

classificados como raças inferiores. A miscigenação ocorrida aqui no Brasil foi por muito tempo considerada sinônimo do atraso social brasileiro (BONFIM, 1993).

A partir da abolição a questão racial passou a ser tão forte no final do século XIX, que acreditou-se que com a entrada maciça de imigrantes europeus no país a população brasileira, ao longo dos anos, iria se embranquecer (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993). A imigração europeia foi vista como uma opção de melhorar a “raça brasileira”, tendo vista que a quantidade de negros na sociedade superava as demais etnias.

Ainda de acordo como as discussões de Lilia Moritz Schwarcz, é preciso entender que o argumento racial foi construído historicamente e politicamente. É que o conceito de raça recebeu por muitos intelectuais além da sua definição biológica, uma interpretação social. A autora diz que tal termo antes de aparecer de forma fechada, estática e natural, é tornado, e ao mesmo tempo compreendido, como um objeto de conhecimento e de poder, que é negociado e experimentado neste contexto histórico. Assim, a temática racial se transformou em argumento de sucesso para o estabelecimento e a legitimidade dos discursos das diferenças raciais.

Em torno das várias atribuições deste conceito, por volta de 1870, são introduzidas no cenário brasileiro, teorias como o evolucionismo de Spencer, e o darwinismo social. Teorias surgidas na Europa no século XIX, que embasavam a ideia da superioridade europeia, argumentada pela decorrência das leis naturais (IDEM, 1993). A aceitação dessas teorias pelos intelectuais brasileiros implicaria em uma análise sobre o Brasil do ponto de vista da história natural da humanidade, definindo o Brasil como inferior em relação à Europa, tornando assim necessário explicar o dito atraso brasileiro. Que deste modo, chegaria à questão racial.

O aparecimento do que ficou conhecido como racismo científico no século XIX e seus referentes desdobramentos na política e na sociedade deste período têm sido debatidos entre os historiadores, sociólogos e antropólogos. Se sobressaindo aos dogmas religiosos reinantes até então, as teorias raciais deram por muito tempo legitimidade e status científico às desigualdades entre os seres humanos e, por meio do conceito de raça, puderam classificar a humanidade, fazendo uso de sofisticadas taxonomias¹⁵.

¹⁵ É a disciplina biológica que define os grupos de organismos biológicos com base em características comuns e dá nomes a esses grupos. Para cada grupo, é dada uma nota. Os grupos podem ser agregados para formar um supergrupo de maior pontuação, criando uma classificação hierárquica.

A recepção dessas teorias pelos intelectuais brasileiros ocorreu de forma bastante particular. Utilizaram-se de passagens teóricas diferentes e elaboraram conclusões distintas. Não houve uma unanimidade de representações dessas tendências raciais aqui no país (SCHWARCZ, 1993). Segundo Ortiz (2003), os intelectuais brasileiros vão buscar seus argumentos para embasar as teorias evolucionistas basicamente em duas noções: a raça e o meio. Para este autor, toda a interpretação da história brasileira em meados dos dois últimos séculos adquiriu sentido quando relacionada a esses conceitos-chaves.

Como exemplo, Ortiz traz as obras de Euclides da Cunha (1985) e Silvo Romero (1954), onde há uma preocupação com as diferenças existentes entre os brasileiros que moram em diferentes habitats como nas cidades, nos sertões, próximos aos mares ou rios. Outro exemplo é o do autor Nina Rodrigues (1957) que faz uma discussão a cerca das características psíquicas que segundo ele, divergem entre os homens de diferentes ambientes. Assim, meio e raça foram categorias que definiram o quadro interpretativo brasileiro.

Desta forma, Ortiz acredita que a história brasileira foi por muitos, apreendida por termos deterministas, a exemplo das categorias clima, meio e raça, dentre outros, explicarem a “natureza indiferente do brasileiro, as manifestações mornas e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato” (ORTIZ, 2003). Assim, podemos perceber que tais teorias perpassaram diferentes campos das ciências humanas, e são abordadas de diferentes ângulos pelos intelectuais aqui no Brasil. E isso não ocorre de forma diferente na historiografia local.

Nos discursos de Celso Mariz vemos como este absorve e se apropria das questões étnicas como meio de especificidade do sertanejo paraibano, dando-lhes “superioridade” ao enfatizar a influência europeia sobre a origem dos mesmos:

O sertanejo parahybano descende dos bravos expedicionários de Garcia d'Ávila e Afonso Sertão; de Domingos Jorge, Antonio de Oliveira, Luiz Soares e Oliveira, Lêdo. Foi este elemento que, da parte dos europeus, ou seus filhos imediatos entrou na componente de nossa forte sub-raça. E o sangue ariano foi o predominante e em grau superior no caldeamento com o sangue tupy e o africano (MARIZ, p.37).

Vemos como o autor enfatiza a participação do que ele denomina de “sangue ariano” mostrando a importância da matriz europeia na composição do que seria a

sub-raça sertaneja paraibana. “O sertanejo, expoente do português, do índio do Brasil e do negro da África, na sua constituição como raça, só exigiu esforço do primeiro elemento ethnico” (idem, 1910). Mariz ainda se preocupa em exaltar e especificar o tipo físico dos nossos primeiros sertanejos relatados pela História, definindo-os como criaturas fortes, englobando assim, mais feitos ao ensejo da determinação de uma identidade singular para o paraibano do sertão:

O sertanejo como produto physico é um tipo forte, de tecidos rijos e estatura regular; como produto moral, é uma caldeira, onde fervem os maiores contrastes, onde se acham em ebulição um kosmos de elementos, mas tudo isso já adquirindo certa consistência, tendendo a engrossar na segurança de uma formação definitiva. (MARIZ, p.50).

Forjar características deste tipo, e atribuí-las ao sertanejo da Paraíba, mostra como Celso Marques se incomoda em diferenciar seu povo e seu lugar, em relação aos demais povos das outras microrregiões do estado. A sociedade sertaneja, a partir dos trabalhos e das resistências dos considerados homens fortes e bravos, se tornara próspera desde o início das primeiras povoações, como explica o autor:

Oliveira Lêdo, ao internasse nos sertões paraybanos, viu como adiante dos seus passos já outros atrevidos madrugavam, deu de frente com Antônio de Oliveira entre os cactos do Cariry velho, e descendo a Borborema, encontrou no Piancó... O músculo másculo do vaqueiro correndo em “russos” fogosos a serviço de uma sociedade activa, próspera, grande, rica e independente (MARIZ, 1910, p.28).

Podemos perceber que os aspectos utilizados nas estratégias discursivas empregadas por este autor foram postas de modo diferenciado dos aspectos colocados no projeto estabelecido pelo IHGP no momento em que esta instituição buscava uma identidade singular para a Paraíba, situada ao mesmo projeto em que se encontrava o Brasil, que buscava para si, sua singularidade identitária afastada das influências européias.

Notamos desta forma, que o espaço do interior paraibano foi usado também pela historiografia local, para promoção da especificidade paraibana que tanto buscaram os membros do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. No entanto, Celso Mariz elabora uma nova identidade paraibana. A identidade sertaneja promovida por Mariz traz aspectos que diferencia o paraibano do sertão do paraibano do litoral.

Para Mariz, o sertanejo da Paraíba, porém, encerra características próprias, distintas, “pois diversa foi sua origem na índole dos antepassados” (idem.), com ênfase na predominância étnica européia como bem foi mostrado, no seu meio físico, na vida profissional que o espaço oferecera, na alimentação, na personalidade, e em todas as necessidades de luta pela existência que tal povo enfrentara.

Com tal pensamento, o autor vai enumerar em sua obra, os principais fatores naturais ao sertanejo, presentes em seu físico e em seu meio que, segundo ele, foram cruciais para a sobrevivência e o progresso da denominada “sub-raça”. Interessante frisar que Mariz faz poesia em sua historiografia. O mesmo intercala fatos e desejos de exaltação, não desmerecendo sua capacidade de produzir História. Junto aos pioneiros que se propuseram à escrita da História da Paraíba, Maximiano Machado e Irineo Joffily, a obra de Celso Mariz é grande expoente no que se refere a historiografia local, principalmente nos estudos do interior paraibano.

Nosso autor traz dentre os aspectos considerados responsáveis pela durabilidade da denominada “sub-raça” sertaneja o seu território climaticamente desfavorável, a lei da adaptação. “Assim o homem é aquilo mesmo sobre que se acha, formando, em harmonia e de mistura com tudo quanto o rodeia, uma coisa única, duradoira em sua própria coesão” (MARIZ, p 41).

Desta forma, de acordo com a ótica do autor, o corpo, organizado por suas micro-estruturas, se adapta ao habitat que lhe é imposto. O sertanejo paraibano, segundo Mariz, por ter em sua composição a influencia maior da “raça ariana portuguesa”, teve cabedal genético suficiente para se adaptar à aspereza do sertão. Para fundamentar tal pensamento, ele traz exemplos comparativos que remetem à teoria da seleção natural das espécies, do cientista Charles Darwin. E as teorias evolucionistas de Spencer.

Dando prosseguimento, Celso Mariz traz o segundo aspecto natural que, consoante a seu discurso, se fez crucial para a sobrevivência nos sertões paraibanos. Este aspecto seria as brisas refrigeradas que sopram pelo sertão, estas são vistas pelo autor como uma espécie de gentileza gerada pela natureza local de forma consciente, para que o contingente deste espaço desfrute de certo alívio em meio à aspereza do calor escaldante daqueles trópicos, assim ele afirma:

Estas brisas esfriam no chapadão da Borburema, que está seiscentos metros acima do mar, e dahi desabam pelas fraldas da cordilheira ao Poente,

amenizando, saltares, o calor das baixas regiões do Piranhas e seus tributários. É esta bella vantagem, cedida por uma espécie de pseudo-consciencia da Natura... (MARIZ, 1910, p.41,42).

Outro fator que se mostrou para Mariz primordial para a conservação da “sub-raça” sertaneja da Paraíba foi o seu regime alimentício, que, segundo o autor, foi “um grande mantenedor permanente da sua enfibratura de aço” (MARIZ, p42). Com tal pensamento, o autor traz em sua narrativa a fala do filósofo Spencer, onde este diz que as diferenças observadas em animais da mesma espécie não resultam da diversidade de constituições, mas sim da natureza da alimentação que é sujeitada a cada animal. Deste modo, Mariz nos diz que, a diferença dos sertanejos para com os demais povos de outras microrregiões do estado, constituída pela força e a bravura, além das outras qualidades que foram citadas, advêm de seu vasto cardápio natural:

Além do leite, do mel de abelhas, e da rapadura, que é um doce ordinário da mesma assucar, o sertanejo aprecia, saboreia com específica preferência o manjar concentrado, forte e delicioso da carne. É do gado vacum a mais reputada, seguindo-se a do suíno, da ovelha, do caprino, de galináceos e de variadas caças (MARIZ, 1910, p.42).

Além dos aspectos considerados diferenciadores da “sub-raça sertaneja” que já foram citados, é de fundamental importância destacar alguns pontos sobre o comportamento dos povos que se propuseram a habitar as terras áridas do Sertão paraibano. Sobre eles, além das descrições espaciais, físicas e étnicas que Mariz fez, de modo como foram citadas a cima, os afirmando como seres fisicamente fortes e preparados para tal habitat, o autor ainda relata o modo peculiar que este povo se apropriou da religião e da política.

3.2. A peculiaridade da religiosidade e da política do sertanejo paraibano retratada em *Através do sertão*

O termo “religião”, originado do latim *religio* não possuía a definição moderna que conhecemos hoje, forjada ao longo da história das sociedades ocidentais, que indica de forma simplificada um conjunto de normas, observações, advertências, tradições místicas, ou celebrações ritualísticas. Formado em um contexto de lenta laicização, este conceito presenciou vários significados ao longo do tempo (HERMANN, 2011). Para o sociólogo Émile Durkheim, por exemplo, a religião é uma

cosmologia, fator primordial para a organização das sociedades primitivas, assim, segundo ele, a religião seria a base de toda vida social.

Já para Marx Weber, a religião seria apenas uma, entre muitas outras formas que os homens poderiam executar para se organizarem socialmente. Enquanto que para Gramsci, ela seria um determinado tipo de visão de mundo situado entre a filosofia e o folclore, não distanciando, no entanto, das artimanhas de poder que organizam as sociedades. Já nos estudos de Levi Strauss, a mesma recebe a definição de humanização das leis naturais, um antropomorfismo da natureza.

No campo da psicanálise, Freud acredita que seria a religião uma “ilusão coletiva” onde seu objetivo implicaria no domínio do sentimento de impotência que todo homem sente. (IDEM, 20011) Com o exemplo dessas acepções, vemos que não há uma conformidade em relação à definição do conceito religião, tão pouco sobre sua importância ou influência para a sociedade ocidental. Tendo visto que tudo dependerá do contexto cultural, social, político e temporal que cercarão às práticas religiosas.

Chegando ao Brasil através do projeto de missão dos jesuítas, por volta do ano de 1549, o catolicismo brasileiro teve sua organização consoante às regras do sistema do Padroado, sistema de poder que vigorava naquele período, e estabelecia à coroa portuguesa a responsabilidade de ficar à frente das missões católicas e das instituições desta religião aqui no Brasil no período colonial. Como é sabido, as missões jesuíticas aqui tiveram como objetivo converter de forma massiva populações do maior número de áreas possível.

No entanto, apesar da guinada deste projeto da Companhia de Jesus se dar a todo rigor pelo mundo, aqui no Brasil ocorreu de forma mais lenta, um tanto diferente da catequese realizada na América hispânica. A vulnerabilidade institucional do catolicismo em nosso país naquele momento, adicionado às misturas étnicas e culturais, variedade de crenças, símbolos e povos, deu origem ao catolicismo popular brasileiro tal como conhecemos hoje. Um catolicismo híbrido, distanciando dos ritos secos e ortodoxos de modelo europeu.

Os tipos de catolicismo internalizados são diferenciáveis pelos valores específicos que norteiam cada instituição, movimento ou organização. Assim, de acordo com Cândido Procópio (1971), o catolicismo brasileiro pode ser dividido em Tradicional Rural e Tradicional Urbano. Para o mesmo, define-se como catolicismo

tradicional o comportamento religioso e social que se caracteriza por se fundar nos costumes a serem legitimados pela tradição, e pela inconsciência de valores religiosos que organizam as normas e os papéis sociais. Pela ausência de uma explicação racional em termos de conduta e comportamentos, pela confusão de valores e normas da sociedade inclusa, e por fim, a sacralização da conduta social com legitimação religiosa.

De forma mais específica, Cândido aponta algumas características do que ele chama de Catolicismo Rural. Seria este, permeado por valores voltados para a religiosidade. Religiosidade esta regida muitas vezes na ausência de sacerdotes, sendo estes substituídos em muitos casos por rezadeiras ou os famosos beatos. Tipo de líderes religiosos menos burocráticos e mais carismáticos como descreve o autor. O mesmo ainda destaca a preocupação deste tipo de religiosidade pelas procissões e promessas aos santos, em troca da obtenção de favores.

Os traços característicos do catolicismo tradicional rural brasileiro, e de suas discrepâncias com uma modelagem mais ortodoxa, prendem-se verdadeiramente ao passado nacional, de origem lusitana e ao desenvolvimento de um tipo de religião que, embora cristalizada em forma relativamente estática, se moldou também à sociedade popular inclusiva. Cândido afirma ainda que os valores e normas da sociedade rural são entendidos e explicitados de modo sacral.

Assim, as formas de conduta e os valores a que elas se referem, são vistos como padrões normais de comportamento social. Até os papéis da vida profana são confirmados e legitimados pelas normas e os valores da religião. Assim, a diferença principal entre o catolicismo tradicional rural definido pelo autor, e o catolicismo tradicional urbano, seria a sujeição dos referenciais de valores sociais dos indivíduos à religião.

Desta forma, tomando como base a discussão realizada, e através da análise feita na obra de Celso Mariz, notamos que há uma convergência de ideias a respeito da religiosidade executada no sertão paraibano, enquadrada no que podemos chamar de catolicismo rural tal como definiu Cândido Procópio. A apropriação da religião no espaço sertanejo, de modo como é descrita por Mariz em *Através do sertão*, também se assemelha bastante com a definição feita por Sergio Buarque de Holanda no capítulo intitulado de *O Homem Cordial*, onde este diz que o culto religioso de nós

brasileiros se engloba numa “religiosidade de superfície”, voltada para o descaso com o que é considerado como a verdadeira espiritualidade.

De forma muito bem sintetizada, Mariz afirma que o sertanejo possui uma religião disforme, repleta de fetichismo, muito longe das verdadeiras intenções do que seria um apropriado catolicismo, ou melhor dizendo, do catolicismo tradicional. Segundo o autor, o sertanejo é isso:

Acredita na bondade de Deus, mas pede-lhe que facilite uma vingança; um mal premeditado; confia no voto feito à Maria santíssima para a cura de sua erysipela, mas procura, evitando dúvidas, a ciência do feiticeiro mais próximo, ama o trabalho e a humildade que o senhor nos ensina, mas bate o menor pelo esquecimento de uma vênica e em noites de São João vende ao diabo a pobre alma repleta de pecados (IDEM, p.52).

Esse destaque da peculiaridade da religião do sertão paraibano realizada por Mariz pode ser incorporada ao arcabouço de feitiços descritíveis do paraibano sertanejo. Tendo visto que em sua obra, o autor procura sempre distanciar o sertanejo do homem do litoral, engrandecendo assim o contingente de seu lugar. No entanto, na *Historiografia Paraibana*, outros pares também trazem essas diferenciações entre as religiosidades no espaço do sertão paraibano em relação ao litorâneo. A exemplo de Horácio de Almeida que diz em seu segundo volume de *A História da Paraíba* (1978):

Eram todos católicos de um catolicismo difuso nas idéias teológicas, quanto ao céu, inferno ou purgatório. A fé religiosa quando não descambava para o fanatismo, tornava-se árida como o clima da terra. O sertanejo só olhava para o céu para ver se vinha chuva. Mas se pronunciava o nome de Deus descobria-se respeitosamente, tirando o chapéu. (ALMEIDA, 1978, p188)

Uma das principais características mais notáveis nas práticas religiosas do sertanejo católico, segundo Silva Junior (2009), é a afinidade com o misticismo exagerado, onde também ocorre a crença em superstições. A fascinação pelo sobrenatural, que agrega mitos católicos como o do paraíso ou da terra onde corre leite e mel em contraposição com o semiárido seco e infértil necessita do Deus clemente que o leve a esse fim, sendo o sertão o imaginário dessa possível travessia para a ansiada vida plena.

Aos miseráveis que a vislumbram na primeira forma, essa Cruz bem dita aparecendo subitamente ao final da curva assume e oferece a ideia generosa de marco de Chanaã... salve, diz o viajante faminto, enxugando no fedorento trapo da camisa a baga espontânea de uma lágrima; salve, repete a esposa

cançada [...] Avançam na ingênua loucura de uma fé que os deixa cair, cedendo ao influxo invencível da verdadeira lei, bocca entreaberta numa contração imprecavativa e horrenda, ossos rompendo a secura das carnes incolores, aos pés augustos daquela Cruz, em cujos braços dois corvos pullulam crocitantés...(MARIZ, 1910, p133)

Tal relação se expressa pelo sertanejo em sua “conhecida e forte religiosidade, aqui compreendida como a condição humana de ser religioso” (GIL & GIL FILHO, 2001, p. 51), que também marca sua territorialidade, do seu mundo vivido, com suas relações entre homens e habitats, paisagens e culturas. São maneiras como sentem e conhecem o ambiente em suas formas naturais ou construídas (SILVA, 2007), seja a identificação com a seca ou as romarias e procissões, com o que se considera predestinação divina ou aspectos do social.

A tradição católica no Brasil e especificadamente no Sertão nordestino, foi ajustada para que o crente sentisse o seu espaço a partir de sua realidade, recebendo respostas às dificuldades, assim, a religião influenciou no direcionamento de suas vidas, sendo calmante para as dificuldades do cotidiano, uma mentalidade mística envolvendo elementos da cultura europeia católica com a indígena e africana, na aceitação do sacerdote como do curandeiro e das benzedoras como foi dito anteriormente.

Assim, tomando por base os exemplos supracitados, é inegável a utilização das peculiaridades da religiosidade sertaneja paraibana pela Historiografia local, retratando a preocupação desses autores em distinguir a sociedade do sertão paraibano distanciando-a dos costumes religiosos de outras regiões, principalmente do litoral. Entendemos com isso, que tanto Celso Mariz, como os demais autores que se dedicaram à escrita da História da Paraíba, buscaram envolver aspectos diferenciados como dentre outros, os costumes culturais e religiosos na busca da identidade sertaneja paraibana. Mariz não hesitou na busca de feitos e particularidades para embasar o arcabouço historiográfico construtor deste novo paraibano. O sertanejo.

No que se diz respeito ao modo de se realizar a política no sertão paraibano, o mesmo diz que, durante todo o percurso de nossa história, não se fez mais política em outras instituições do que nas grandes casas, por poderosos chefes de famílias, onde os interesses particulares sempre sobressaíram os públicos. Tais aspectos acabaram tornando características típicas do universo sócio-cultural do sertanejo:

O sertanejo gosta carinhosamente da política. Pelas vilas e cidades da zona que estudamos se faz mais política, intensa, entusiástica, extremada, que nos corredores das câmaras e do Senado, ou nos salões dos ministérios. Até nos pequenos povoados sem honras de sede distrital de paz, há dois partidos bem disciplinados, com seus chefes e seus espadachins (IDEM, p. 53).

A força do parentesco na política brasileira passou por uma transformação complexa ao decorrer do tempo. Mas ao invés de obter um declínio significativo, esta prática sobreviveu até o presente século. Na cultura política brasileira percebemos que quanto menor a cidade ou o núcleo eleitoral, maior é a influência do poder político de determinadas famílias.

Sabemos que na cultura política brasileira é recorrente que o público se confunda com o privado. Percebemos que as relações entre famílias e a política não são temas novos na historiografia local. Para Evaldo Cabral de Melo, por exemplo, em “Revolução e Família” (2002) o autor destaca a relação da ordem pública e da ordem privada estabelecida pelas famílias que assumem poder na política. Abordam também essa temática na Paraíba as historiadoras Linda Liwin (1993) e Serioja Mariano (2005).

Ainda sobre o modo de fazer política no sertão paraibano, Mariz crítica a famosa política dos coronéis que, como se sabe, passa por cima dos verdadeiros valores que os sertanejos pobres deveriam obter. O autor cobra em sua narrativa, a falta de preocupação dos governantes com a educação dos sertanejos, para que esses pudessem ter o direito de votar, e melhor ainda, tivessem a consciência de seu voto:

Se assina o jornal, tudo bem, se o contrário se dá, ignora o dia das eleições, não conhece o nome de seus governadores e conselheiro municipal, diz ao “cumpadre coronel” que assine por si, numa doce indiferença pela pátria e pelos acenos de uma falsa liberdade. Não protesta contra nada, pois nada conhece (Mariz, p 67).

Temos o conhecimento de que a prática do coronelismo foi uma experiência típica dos primeiros anos da república brasileira. De fato, essa experiência faz parte de um processo de longa duração que envolve estruturas culturais, econômicas, políticas e sociais que foram desenvolvidas em determinados espaços de forma inadequada, e tiveram maior ascendência no interior do Brasil, de acordo com Vitor Nunes Leal (1997).

Para este autor, a prática do coronelismo é, sobretudo, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e da decadente influência social dos chefes locais, os chamados “coronéis”. No entanto, não se pode compreender este fenômeno sem entender as estruturas de sua sustentação, que são as produções agrárias, cujo seus donos mantiveram por muito tempo poderes privados sobre indivíduos e grupos de indivíduos nos interiores do Brasil (IDEM, 1997, p 40)

Catolicismo fanático e até mesmo destorcido, certa “inocência” perante o sistema político operante no sertão, dentre outras características referentes a esses dois pontos: religião e política no sertão paraibano, concluímos este tópico observando que o modo peculiar de praticar a religião católica e de se fazer a política no sertão paraibano não difere de forma demasiada das culturas política e religiosa exercidas no Brasil como um todo, mas se tornam na narrativa de Mariz, aspectos importantes para o fortalecimento da composição do que o mesmo chama de “sub-raça sertaneja”, onde diferenciar o comportamento e as sensibilidades dos sertanejos paraibanos de modo a serem distinguidos dos paraibanos do litoral é o objetivo a ser alcançado.

3.3 A identidade paraibana formada no universo da pecuária e a diferença no modo de viver sertanejo

Durante o período colonial brasileiro, a pecuária e o processo de povoamento do sertão estiveram extremamente ligados. A partir dos engenhos de cana-de-açúcar, que se localizavam principalmente no litoral nordestino, e o processo das primeiras entradas no intuito de desbravar territórios até então desconhecidos, foi possível aos colonos que aqui habitavam, se apropriarem das terras do interior da colônia e iniciar o povoamento dessa região. A pecuária desenvolveu-se inicialmente em torno dos engenhos de cana-de-açúcar. O gado criado nesses locais, bovino e muar, era utilizado na alimentação, na produção de couro para utensílios de trabalho e domésticos, além da tração animal nos trabalhos para a obtenção do açúcar (ANDRADE, 1988).

Na continuidade da análise da obra de Mariz, tivemos a oportunidade de perceber outro ponto bastante importante para a descrição da singularidade do ser paraibano, forjado desta vez no espaço interiorano, que é sua principal atividade

econômica: a pecuária. Nas regiões que foram sendo desbravadas com as primeiras entradas realizadas no interior da Paraíba, passaram a ser desenvolvidas as primeiras atividades pecuaristas, que se tornaram posteriormente a principal característica econômica do Sertão, uma vez que, as atividades prioritárias para o progresso econômico da capitania permaneciam no Litoral, com os engenhos de açúcar.

A pecuária se tornou, no entanto, uma atividade secundária, porém, logo se expandiu e se tornou de grandiosa importância para a economia e para a formação identitária sertaneja a partir de sua especificidade e cultura material:

Foi em toda essa região que se estabeleceram as fazendas de gado. Os primeiros proprietários, com a grande facilidade da vida colonial, formaram imensos latifúndios, separados por dezenas de léguas. As heranças, as secas e outras circunstâncias vieram subdividi-los em parte ainda consideráveis. Afinal, a profissão local fez de cada novo habitante, novo criador. Raro é o sertanejo que, atingindo a condição indispensável, não seja dono de uma, dez ou cem vacas (MARIZ, p.46,47).

Mariz ainda traz um fator bastante interessante que segundo ele, também fez o sertanejo paraibano se diferenciar do homem litorâneo. Para ele, os povoadores do sertão, gente prática e vencedora, se escaparam por sorte da luxúria desenfreada que afetava as populações do litoral. Dedicados o tempo todo ao trato do gado, os sertanejos não tinham tempo de se entregar aos prazeres carnais. Suas visitas noturnas eram somente a do cansaço. “A prostituição das índias brasileiras e das recém chegadas índias africanas não foi tão intensa, indecorosa e humilhante como entre os agricultores e traficantes funcionários da coroa na civilização mórbida das adjacências do mar” (MARIZ, p38).

No penúltimo capítulo de *Através do sertão*, intitulado de “as secas”, Mariz descreve as tamanhas calamidades que o espaço sertanejo sofre com as inúmeras e longas estiagens. No entanto, apesar de todo sofrimento que esse fenômeno natural causa neste espaço, é interessante salientar que, no discurso de Mariz, o sertanejo visto como “herói” se sobressai ao sofrimento causado pelas calamidades que a natureza local reserva, como se fosse obra de um destino manifesto imposto à denominada sub-raça sertaneja, que com sua força, e bravura, nunca se mostra, segundo as afirmativas do autor, abaladas ou entregue ao sofrimento:

As secas são indescritíveis, sobre este ou aquele ponto visual, na qualidade mortífera de seus efeitos. De fenômeno periódico vão passando de

influenciador permanente. Não prevemos bem até que época os povos por elas devastados querem conduzir a sua força de adaptação. A fome e a sede em grau de morte neutralizam-se neste momento diante da resistência orgânica, férrea do heróico sertanejo. Certo, semelhante batalha não romperá aos vãos aléns da história, mas sejam quais forem os resultados tristíssimos, da luta, nas páginas daquela a grande sub-raça vencerá em exemplos de dor o meigo espírito da judaica (MARIZ, p122, 123)

Encontramos em Mariz uma narrativa sobre o sertanejo bastante diferenciada da que escreve, por exemplo, Euclides da Cunha em os *Sertões*. Mariz não nega as calamidades e os percalços sofridos pelos sertanejos paraibanos, mas em toda sua obra, há uma ênfase nas qualidades, e até mesmo imposição de certas qualidades a esse povo. Há uma preocupação maior em exaltar o que há de melhor no sertão paraibano, havendo muitas vezes uma certa negação de toda a realidade.

A ocupação do espaço interiorano se deu, porém, pela continuidade do projeto de colonização que se iniciou no Litoral, de acordo com as características geográficas que foram favoráveis a isso. No Sertão, ela tomou rumos diferentes, porém necessários para a adaptação a novas condições naturais que aos poucos foram sendo encontradas. Dando origem assim, a partir das primeiras povoações, a novas culturas, novas atividades econômicas, e principalmente, a um novo ser. O sertanejo paraibano. Aquele que, de acordo com o autor analisado, é “ariano”, bravo, e adaptável a condição que a natureza lhe impôs.

Deste modo singular de se viver, se originou uma sociedade organizada que expressa as características de uma verdadeira “civilização do couro”, como assim denominou Capistrano de Abreu. A partir do processo de desbravamento do sertão paraibano, projeto de continuidade da execução colonial, formou-se perante as veredas deste espaço, uma nova sociedade, sendo marcada dentre outras formas, pela singularidade que o espaço oferecera. O sertanejo da Paraíba. Um outro tipo paraibano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Historiografia Paraibana produzida sob os preceitos do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba no momento em que esta instituição buscava produzir uma identidade paraibana (a dita paraibanidade) delimitou um tipo único para aquele que seria o “espírito paraibano”, atribuindo características positivas que o diferenciasse dos demais povos da nação. Os historiadores daquela instituição buscaram na história os acontecimentos que favorecessem a construção de uma identidade paraibana digna de ser memorável e vivida por sua população.

Os principais aspectos históricos que foram catalogados pelos intelectuais do IHGP se limitaram aos ocorridos no litoral da capitania, nos acontecimentos do início de sua história. A pacificidade atribuída ao paraibano, como vimos, decorre do acordo de paz estabelecido pelos portugueses e os tabajaras que favoreceu o início da colonização da capitania. A bravura ou intrepidez vem das lutas contra a presença dos holandeses no território do que viria a ser a Paraíba, onde resistiram até a expulsão se efetivar, diferentemente da história dos pernambucanos, onde os batavos permaneceram por muito tempo na sociedade do Leão do Norte.

A consideração de um “espírito republicano desde os primórdios” foi bastante enfatizada por esses autores e vem das lutas e movimentos como a Revolução de 1817 dentre outros eventos que buscaram a queda do império e que teve grande participação da Paraíba naquele contexto. Por fim, outro aspecto importante de enfatizar é a necessidade de se diferenciar historicamente de Pernambuco e possuir sua própria história. Esses formam o arcabouço de feitiços formadores do paraibano criado pelo IHGP, um paraibano bravo ao mesmo tempo em que pacífico. Um paraibano que estava à frente dos demais povos, pois visava o progresso desde as origens.

No entanto, o objetivo desta pesquisa se pautou em analisar se a construção da paraibanidade também se formou além do litoral e dos acontecimentos já previstos que tratam do início da História da Paraíba. Se a narrativa de uma identidade paraibana se deu de forma destoante do projeto primário do IHGP. Analisamos a obra *Através do sertão* do autor paraibano Celso Marques Mariz e procuramos mostrar como o mesmo descreve a identidade paraibana voltada para o paraibano do sertão,

a partir das narrativas sobre o que pode ser chamado de segunda parte da História da Paraíba, a história do sertão.

Em nossa análise, tivemos a oportunidade de perceber como Celso Mariz se utiliza do que podemos chamar de fontes empíricas para a descrição dos fatos em sua obra. Suas viagens aos sertões do estado enquanto ocupava o cargo de inspetor geral ofereceu-lhe conteúdo suficiente para que o mesmo descrevesse o que ele formula como a “sub-raça sertaneja”. O paraibano do sertão. Consideramos que Mariz descreve outro paraibano quando ele busca diferenciar o povo sertanejo do litorâneo. Seu modo de trabalho, sua alimentação diferenciada, responsável pela “enfibratura de aço do sertanejo” são aspectos destacados por Celso.

O autor ainda exalta o espaço geográfico sertanejo. De forma poética, Mariz descreve como a natureza, apesar de áspera, propicia mecanismos de escapes que favorecem o paraibano forte do sertão. O mesmo ainda se preocupa em destacar a composição étnica do sertanejo da Paraíba, onde, para ele, esta se deu com maior participação da matriz européia, e disto vem a maior “pureza da sub-raça sertaneja”.

A forma da religiosidade também é diferenciada por Mariz, onde o autor vai caracterizar o modo que os sertanejos aderem o catolicismo. Uma forma de culto marcada pelas diversas formas de ritos, pela apropriação de uma intimidade exacerbada com as divindades, e por uma fé inabalável mesmo diante das dificuldades causadas pela fome e pela seca. A forma de fazer política pelo sertanejo paraibano também é destaque nas narrativas de Mariz, o autor mostra como o coronelismo e o patrimonialismo afetaram o cotidiano da sociedade sertaneja.

Em toda sua escrita, Mariz busca diferenciar o paraibano do sertão, engrandecendo-o em relação ao paraibano litorâneo. De forma bem singular, este autor procura engrandecer esse contingente. Mariz não traz a mesma discussão bastante presente na Historiografia nacional do século XX de um sertão incivilizado e necessitado de salvação ou evolução. Mariz descreve seu paraibano sertanejo como exemplo de força e virilidade. Um exemplo de benevolência e pureza. Um espaço sertanejo totalmente receptível e sociável. Uma espécie de Terra de São Saruê¹⁶. Ou um paraíso em meio às veredas.

¹⁶ São Saruê - É um romance de cordel escrito em 1947 por Manoel Camilo dos Santos e que fala de "uma terra prometida"

Deste modo concluímos que Celso Marques Mariz difere do projeto identitário inicial do IHGP uma vez que este parte de um novo olhar, um novo espaço e de novos aspectos que foram utilizados para mostrar que há outra paraibanidade além da projetada inicialmente pelo Instituto Histórico. A projetada a partir do paraibano sertanejo. Podemos até concluir que Mariz dá continuidade ao projeto identitário tão buscado, uma vez que ele vai mais longe na História da Paraíba, a história do sertão e dos sertanejos. Sua formação e seu funcionamento. Com isso, não podemos negar que a obra deste autor é referência para quem procura entender os discursos formadores da identidade local.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1978.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **Presença de D. Pedro II na Paraíba**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1982 [1975].

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão**. Políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.

AQUINO, Viviane de Fátima. **A busca da identidade paraibana na obra de Eudésia Vieira “Terras dos tabajaras”**. 2014.

_____. **Paraibano e sertanejo: elucubrações identitárias na retórica de Celso Mariz na obra “Através do sertão”**. 2015.

BARROS, Lopes. **Estudos e identidade: entre saberes e práticas**. Cap. 2.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

HAESBEAT, Rogério. **O espaço importa**. Editora Garmond, 2011.

BILAC, O. **Últimas conferências e discursos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.

CARMAGO, Ferreira de. PROCÓPIO, Cândido. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1971.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas Oitocentistas**. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da. **Os Sertões** (*Campanha de Canudos*). São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2009.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepidaab origine – O IHGP e a produção da história local**. João Pessoa: Almeida gráfica e editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FREYRE, **Gilberto. Unidade e diversidade, Nação e Região**. In: *Interpretação do Brasil* Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

_____. **Manifesto regionalista**. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

_____. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

GIL FILHO, Silvio Fausto. & GIL, Antônio Carlos. **Identidade religiosa e territorialidade do sagrado**: notas para uma teoria do fato religioso. In: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (orgs). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, pp. 39-55.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**. *Estudos históricos*: Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5 a 27.

GUIMARÃES, Luíz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa. Editora Universitária, 1998, p231.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós -modernidade**. Rio de Janeiro: D&P, 2002.

HERMANN, Jacqueline. *História das religiões e religiosidades*. In CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **“Raízes do Brasil”**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANCSÓ, István. PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico**: Ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das ideias*, Vol 21, 2000.

LANNI, Octávio. **A questão nacional na América Latina**. São Paulo, 1987.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LÉVI-SRAUS, Claude. **A estrutura dos mitos**. In Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MACHADO, José de Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Editora: Itatiaia, p232. 1980.

MAGALHÃES, Izabel. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus. 2000

MARIANO, Serioja Cordeiro. **Gente opulente e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)**. Recife. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco. 2005.

MARIZ, Celso. **Através do sertão**. Mossoró: Edição da Fundação Vingt-um Rosado, 1999. Coleção Mossoroense, série C.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da alteridade: Portugal e portugueses na historiografia brasileira**. São Paulo: Hedra, 2016.

MOTTA, Marly. **“São Paulo é a cabeça da nação”**: historiografia regional e História nacional no Brasil republicano. Imprensa Universitária de Coimbra.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920**.

OLIVEIRA NETO, Manoel Gomes de. **A matutice sertaneja e a paraibanidade do IHGP na obra “O quebra quilo” de Geraldo Irineu Jóffily**. Campina Grande, UEPB. 2015.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão 2003.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano- Ano I, Vol. I. João Pessoa. Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p 90.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

Rodrigues, R. N.. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

ROMERO, Silvo. **Contos populares no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. MARIANO, Serioja. **História da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX**. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 2003.

SCHWARCZ, Lílían Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SILVA, Marinês Cavalcante da. **A identidade paraibana na obra “História da província da Parayba”** de Maximiano Lopes Machado. Campina Grande, UEPB. 2014.

_____ **A identidade sertaneja na obra “História da província da Parayba”** de Maximiano Lopes Machado. Campina Grande, UEPB. 2015.

SILVA JUNIOR, Agenor Soares. **O homo religiosus na formação do semiárido cearense**. Revista Homem, Espaço e Tempo. Set/out de 2009, p. 125-143. Disponível em http://www.uvanet.br/rhet/artigos_setembro_2009/homo_religiosus.pdf. Acessado em 04/07/2019

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

WEHLING, Arno. **Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.